

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO-PR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MONIQUE GÄRTNER

**ALGUNS ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA
AMBIENTAL DO PROCESSO DE “EUROPEIZAÇÃO” DA PAISAGEM DO
DISTRITO DE ENTRE RIOS, GUARAPUAVA, PARANÁ**

**IRATI
2014**

MONIQUE GÄRTNER

**ALGUNS ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA
AMBIENTAL DO PROCESSO DE “EUROPEIZAÇÃO” DA PAISAGEM DO
DISTRITO DE ENTRE RIOS, GUARAPUAVA, PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz

IRATI

2014

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

Gärtner, Monique
G244a Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de “europeização” da paisagem do Distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná / Monique Gärtner.– Irati: Unicentro, 2014.
ix, 86 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós Graduação em História.

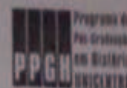
Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz;

Banca examinadora: Prof. Dr. Márcio José Werle, Prof. Dr. Marcelo de Souza Silva.

Bibliografia

1. História. 2. Imigração. 3. Meio Ambiente. 4. Paisagem. 5. Europeização. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 20. ed. 981.62



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Área de Concentração - História e Regiões

TERMO DE APROVAÇÃO

Monique Gärtner

"Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de europeização da paisagem do Distrito de Entre-Rios, Guarapuava, Paraná"

Dissertação aprovada em 24/07/2014, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Márcio José Werle

Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
Titular

Dr. Marcelo de Souza Silva

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. João Klavovitz

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Guarapuava - PR
2014

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Jó Klanovicz e aos professores Márcio José Werle, Marcelo de Souza Silva, Claiton Marcio da Silva e Luciana Klanovicz pelas valiosas contribuições ao longo desse trabalho, e ao professor Marcos Nestor Stein por sempre estar disposto a me auxiliar.

Ao Programa de Mestrado e à todos os professores e colegas da primeira turma de mestres em História da UNICENTRO, em especial à Bruna e ao Gerson pelo companheirismo e por deixarem as viagens à Irati menos cansativas.

A toda minha família e amigos que estiveram comigo ao longo desses dois anos, me apoiando, incentivando e aguentando.

Apesar de terem vivido muitas gerações fora da área cultural e linguística propriamente alemã, os suábios do Danúbio de Entre Rios sentem-se como alemães, pertencentes, porém, a um grupo de características definidamente próprias e hoje esparsos pela Europa ocidental e América. Em seu destino reflete-se um pedaço da turbulenta história europeia.

Albert Elfes (1971)

RESUMO

Esta dissertação busca discutir a europeização da paisagem do distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava/PR, entre 1951 e 1991, a partir de uma perspectiva de história ambiental em diálogo com os processos de transformação do uso da terra na região. Como documentos para a pesquisa, foram utilizados discursos apresentados em obras baseadas na colonização e da literatura regional acerca da imigração suábica. Pretende-se discutir algumas percepções de cunho ambiental e suas possíveis consequências no desenvolvimento da comunidade. A pesquisa tem buscado compreender, também, a justificativa da instalação dos refugiados na localidade de Entre Rios devido à semelhança do território à Europa, tendo como hipótese que algumas das causas da colonização em Guarapuava tenha sido a “europeização” do clima regional, propício ao plantio de culturas igualmente "europeias", como o trigo e a cevada.

Palavras-chave: Imigração; Discursos; Meio Ambiente.

ABSTRACT

This dissertation discusses the Europeanization of Entre Rios district's landscape, in Guarapuava / PR, between 1951 and 1991, from an environmental history perspective in dialogue with the processes of land use transformation in the region. As for research papers, speeches presented in works based on colonization and the regional Swabian literature on immigration were used. We intend to discuss some perceptions of nature environmental and possible consequences in the community development. The research has also tried to understand the justification for the refugees settlement in the district of Entre Rios due to the similarity of this territory to Europe, with the hypothesis that some of the causes of the colonization in Guarapuava has been the regional climate "Europeanization", auspicious to planting also "European" crops such as wheat and barley.

Keywords: Immigration; Speeches; Environment.

LISTA DE IMAGENS

FOTO 1:	Chegada no porto de Santos (Museu Histórico de Entre Rios, 1951).....	40
FOTO 2:	Chegada dos imigrantes na estação de Góes Artigas – PR (Museu Histórico de Entre Rios, 1951).....	42
FOTO 3:	Colônia Vitória (Museu Histórico de Entre Rios), s/d.....	46
FOTO 4:	Arquivo pessoal J. Gutfreund, s/d.....	47
FOTO 5:	Arquivo pessoal J. Gutfreund, s/d.....	51
FOTO 6:	Monumento Praça Central da Colônia Vitória em Entre Rios - fotografado por Monique Gärtner.....	52
FOTO 7:	As mulheres também ajudavam nos campos, na serraria e na construção (Museu Histórico de Entre Rios, 1952).....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - ENTRE PAISAGENS EUROPEIZADAS	21
CAPÍTULO 2 - DAS CAIXAS DE ULM À CHEGADA NO ESTADO DO PARANÁ...33	
CAPÍTULO 3 - A MECANIZAÇÃO DA COLÔNIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PAISAGENS: UMA LEITURA DE HISTÓRIA AMBIENTAL	52
3.1 OS NÍVEIS “NATURAIS” DA HISTÓRIA.....	53
3.2. POR UMA LEITURA FUNDIÁRIA E DA TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS EM ENTRE RIOS	60
3.3 A VEZ DAS INTERPRETAÇÕES PAISAGÍSTICAS, OU COMO ALGUNS ESCRITORES PENSARAM AS “CONDIÇÕES NATURAIS” DE GUARAPUAVA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Em 2011, a comunidade do distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava, Paraná, comemorou 60 anos de imigração do grupo étnico conhecido como “suábios do Danúbio” para o Brasil. Sob o comando da Cooperativa Agrária (empresa agrícola estruturada que serviu como suporte para uma espécie de organização étnica do trabalho rentável voltado à agricultura feita pelos imigrantes), as comemorações foram celebradas dando ênfase à identidade alemã, à valorização da ética do trabalho rentável, à agricultura orientada para o capital, bem como na tecnologia como elemento fundamental, que fez com que esses imigrantes, já no Brasil, pudessem “europeizar” a paisagem.

Os suábios do Danúbio constituem-se, ainda na atualidade, como uma minoria étnica na Europa e essa situação contemporânea também deu-se no passado. Deslocados do atual território da Alemanha, esse grupo veio a se localizar nas margens do Danúbio, especialmente no território da ex-Iugoslávia, onde estabeleceram importantes ligações com outros grupos étnicos desde o século XVIII. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e, especialmente, com a derrota alemã, esse grupo, já de longa data estabelecendo ligações interétnicas que excediam, em muito, o caráter hermético e historicamente depositado sobre “o que é ser alemão”, veio a ser perseguido em muitos países aliados, por conta de sua caracterização como alemães. Nesse sentido, a partir dos grandes acordos que obrigavam a remoção de alemães de inúmeros países vencedores do conflito, esse grupo, etnicamente germânico, porém com identidades múltiplas, acabou sendo movido de um campo de refugiados a outro, enquanto as querelas sobre as identidades eram postas à prova política.

Estando na Áustria ao final do conflito, inúmeras famílias de suábios do Danúbio foram atingidas positivamente pelos tratados de acolhimento de refugiados da Segunda Guerra Mundial, e que foram partilhados por inúmeras nações integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), entre elas o Brasil.

Nesse sentido, entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, os suábios do Danúbio chegaram ao Brasil, deslocando-se especificamente para o Paraná, que incorporou aos seus interesses políticos o projeto de colonização agrícola e étnica como elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Estado no início dos anos 1950.

Os meandros desse processo são complexos e não é o objetivo desta dissertação a sua análise pormenorizada, embora parte significativa do projeto de colonização agrícola organizado pelos suábios do Danúbio em Guarapuava seja fundamental para explicar as

razões e as características da modernização econômica por eles promovida no território a partir de sua chegada no Brasil.

Um dos grandes processos que chamam a atenção quando se pensa em colonização suábica no Estado do Paraná é, nesse sentido, o da “europeização” da paisagem local. Uma europeização que, construída historicamente, apresenta tensões com relação a paisagens naturais e humanas anteriores à chegada desses imigrantes, bem como tem reflexos nas relações existentes entre a região de Entre Rios (distrito de Guarapuava) e o núcleo urbano do município. Trata-se de uma europeização que também tem relação direta com o que plantar, o que produzir, o que comercializar em termos agrícolas regionais, e as sensibilidades políticas, econômicas, sociais e culturais a respeito dessa agricultura, inclusive com impactos estéticos.

Esta dissertação, assim, busca discutir alguns elementos característicos desse processo de europeização da paisagem local de Guarapuava, no distrito de Entre Rios, a partir dos processos maiores de modernização agrícola na segunda metade do século XX, que foram fundamentais para a elaboração e fixação do projeto de colonização da área pelos suábios do Danúbio.

Grande parte da “europeização da paisagem” regional é reiterada, ano após ano, em comemorações específicas do distrito, ligadas à agricultura moderna. Nos processos de comemoração da presença suábica, parece, em certa medida, que a marca étnica do grupo não constitui, por si só, o elemento primordial para se falar da identidade do grupo; valores como trabalho e tecnologia estão intimamente ligados e dando sustentação aos processos de elaboração da identidade local e grupal, uma vez que a festa, organizada pelo grupo étnico depende, também, da reiterada importância da quebra de recordes de safras de grãos, com repercussão econômica para o município de Guarapuava e para o Estado do Paraná como um todo.

Não é à toa que, nas comemorações de 2011, a Cooperativa Agrária, que organiza a festa, foi povoada por autoridades municipais, estaduais e federais, inclusive com pronunciamentos de autoridades como Reinhold Stephanes, proferidos na língua alemã, para um público não só brasileiro, como europeu.

Naquela ocasião, a Cooperativa Agrária reinaugurou o Museu Histórico Suábico, instalando equipamentos de multimídia que possibilitam maior interação entre o visitante e o acervo histórico, em pleno processo de consolidação e materialização dos discursos identitários do grupo.

Na atualidade, o museu, que organiza sistematicamente exposições, tem um

inventário completo sobre a história e a cultura suábica, documentos históricos originais, fotografias dos primeiros anos no Brasil expostas em painéis, peças de vestuário usadas pelos recém chegados, bem como trajes folclóricos, utensílios domésticos e de trabalho agrícola, instrumentos musicais, reprodução fiel dos cômodos internos das primeiras habitações que foram construídas em Entre Rios segundo seus costumes e objetos pessoais trazidos da Europa. Pode-se, ainda, encontrar documentos históricos, brasões e uma réplica de um paiol com uma carroça original e ferramentas antigas no rol dos bens que ali se encontram.

Comemorando a data, todos os aspectos culturais envolvendo a cultura suábica foram rememorados, reconstituídos, recondicionados, incluindo roupas típicas, a culinária oferecida, a dança e a música.

As estratégias adotadas para a perpetuação da identidade suábica tem sido, especialmente a partir do museu, a de retomar relatos de imigrantes e descendentes, abrindo espaço para a contação de suas próprias histórias em forma de teatro, no qual o visitante andava entre os estandes que reproduziam o processo de saída da Europa e chegada no Brasil, qualificado, internamente, como “saga dos colonos”.

Entre outras apresentações, ainda no âmbito das comemorações de 2011 – e esse aspecto é um dos mais relevantes para esta dissertação – houve o desfile de tratores antigos, alguns utilizados nos primeiros anos da instalação da colônia e da cooperativa. A exposição e o desfile dessas máquinas acontecem uma vez por ano no distrito e essas máquinas, representadas e conservadas, são elementos importantes, mais do que máquinas, mas verdadeiros discursos sobre o processo de modernização da localidade.

Grandes festas, como a ocorrida em Entre Rios em 2011, já foram realizadas em décadas anteriores, iniciando em 1971, com a comemoração dos 20 anos de chegada do grupo no Brasil. Todos os anos festas menores foram e são realizadas, propondo a ideia de que eles usam da memória para evidenciar sua origem suábica.

A construção de identidades locais, regionais ou nacionais é tema recorrente quando tratamos de grupos étnicos e suas comemorações festivas, tais como a festa anual que é feita no distrito de Entre Rios. Os diversos mecanismos de apropriação do passado na História são manifestados no presente da memória, como abordou a pesquisadora Helenice Rodrigues da Silva.¹

Esse presente, contudo, precisa de uma materialidade, de uma operacionalidade, de

¹ SILVA, Helenice Rodrigues da. “*Rememoração*”/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 44, 2002. p. 425-438.

uma efetiva remarcação de caráter de memória. Nesse sentido, ele é indicado, pontuado, na construção de paisagens pretensamente vinculadas ao que Dora Shellard Correa² denomina de “paisagens pretéritas”. Ao historicizar noções de paisagem, a autora pontua que

as definições de paisagem utilizadas pela historiografia, influenciadas pela Geografia, do século XIX até a atualidade, conduzem a três enfoques diferentes: um espaço físico visualizado - uma extensão de terra captada pela vista -, esse próprio conjunto de elementos percebidos, e as apresentações artísticas de uma cena rural, assim como, as descrições literárias e não literárias sobre um lugar ou seus elementos naturais visualizados. Portanto, concebe-se paisagem tanto quanto uma percepção, como uma concretude ou uma representação. Abordamo-la tanto de uma perspectiva simbólica quanto materialista.³

Correa ainda observa que

paisagem é o visualizado, mediado ou não pela cultura. A paisagem é o reflexo do trabalho humano sobre a terra, das formas de exploração dessa terra. Essa definição é instrumental, particularmente para quem investiga uma documentação mais recente e fundamentalmente para quem produz estudos com uma finalidade pragmática - interferir diretamente numa política - e não exclusivamente acadêmica.⁴

O que Correa conclui sobre a tridimensionalidade das paisagens pode ser comparado às operações de fim prático, que surgiram ao longo da história da colonização de Entre Rios. Ali as operações de montagem dessas paisagens que efetivam memórias aconteceram sempre em algum lugar de tensões, entre memórias no devir de sua efetivação e vida cotidiana.

Nesse sentido, grande parte das discussões expostas remete-nos à necessidade de historicizar algumas categorias e formas do fazer historiográfico que são fundamentais para a construção do trabalho ora apresentado.

Inicialmente, a ideia do trabalho, ainda em fase de projeto, era refletir sobre a distribuição das terras entregues aos suábios. Pretendia-se pesquisar quais foram os critérios da comissão organizadora quanto à distribuição de hectares por família e sua organização geográfica. Tais elementos levaram-me a procurar autores que fornecessem subsídios para refletir a constituição dessa história, foi então que me inspirei a pensar além da História

² CORREA, Dora S. *Paisagens em confronto*. São Paulo, 2013. Este texto compõe o projeto maior coordenado por Gilmar Arruda, intitulado *As delimitações espaciais na pesquisa de história ambiental*, que vem sendo desenvolvido por um grupo de pesquisadores brasileiros desde 2013, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ver também: CORRÊA, Dora S. História ambiental e a paisagem. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*. Belo Horizonte, v.2, p.47-69, 2012; CORREA, Dora S. *Descrição da paisagem no trabalho historiográfico. Diálogos entre Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda*. Maquinações Londrina, v.1, p.11-11, 2007.

³ CORREA, Dora S. *Paisagens em confronto*. São Paulo, 2013 [inédito].

⁴ CORREA, Dora S. op. cit. p.13.

Agrária. Dessa maneira, a questão central, passou a ser percebida, juntamente, como um fator ambiental, cristalizados nos discursos que objetivava analisar.

A todo instante, utilizei-me de documentos oriundos da própria região de Entre Rios. Essa massa documental permitiu articular algumas premissas ligadas à questão da europeização da paisagem de Entre Rios, com outros mecanismos de acionamento da identidade local.

O distrito vem sendo motivo e inspiração para inúmeros trabalhos acadêmicos e não acadêmicos, tornando-se um espaço de memória bastante significativo e um lugar de encontros entre história, memória, representações e atualizações identitárias, que reverberam para dentro e para fora do distrito.

Em *Suábios no Paraná*⁵, do engenheiro alemão Albert Elfes, publicado em 1971 – início da propagação da falaciosa, porém, popular ideia de *Milagre Econômico Brasileiro* – é interessante perceber, por exemplo, alguns discursos de autoridades que prefaciam a obra e que compõem, todas, um coro uníssono que afirma que as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de Guarapuava, especialmente devido aos investimentos destinados à colonização do distrito e ao aporte financeiro da Cooperativa Agrária. Essas autoridades ainda faziam menção, nesse sentido, às tentativas frustradas de outros projetos colonizatórios, para reforçar o caráter de sucesso do assentamento suábio na região. Os discursos reunidos no livro foram proferidos durante a comemoração dos 20 anos da chegada dos imigrantes, em 1971.

Ao todo, o livro traz 27 discursos de ministros, senadores, prefeitos e ex-prefeitos, secretários de Estado, arcebispos, cônsules, coordenadores de entidades ligadas à agricultura, diretores e presidente do Banco Central, professores universitários e engenheiros agrônomos.

Documentos como o de Elfes serviram, nesta dissertação, não apenas como bibliografia referente à década de 1970 e a realidade agrícola do município de Guarapuava, mas como uma fonte de informações ligadas aos meandros da modernização econômica de Entre Rios, às relações de dependência entre empresariado do ramo agrícola, autoridades civis, militares e religiosas, e aos movimentos de ida e vinda da política e da tecnologia na sociedade.

Dentre os inúmeros textos apresentados em um único livro de Elfes, limitei minha atenção a alguns discursos políticos, porque além de expor suas opiniões sobre as questões de

⁵ ELFES, Albert. *Suábios no Paraná*. Curitiba, 1971.

identidade, eles apresentam suas convicções sobre o trabalho com a terra e da pertinência desse trabalho realizado pelos suábios no Estado do Paraná no que diz respeito à europeização da paisagem e sua relação com a ideia de progresso.⁶

O livro escrito por Elfes e prefaciado por inúmeras autoridades sempre foi considerado uma fonte importante para trabalhos de história ligados à Entre Rios, porém muito desprezou-se o conteúdo introdutório ou pré-textual, atentando-se, mais, aos dados apresentados pelo escritor em termos socioeconômicos, do estabelecimento, expansão e consolidação do projeto agrícola modernizador da Cooperativa Agrária.

O que está a ser observado, aqui, são os discursos modernizantes pré-textuais do livro, que compõem um rico acervo de observações e representações, visões de mundo e ansiedades igualmente modernas com relação à agricultura organizada na região de estudo.

A trajetória da colônia apresentada por Elfes e a forma de escrita por ele apresentada serviram como fios condutores para a escrita de outros trabalhos acerca da região, marcadamente memorialistas, tais como o livro do engenheiro agrônomo Anton Gora, *Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábia em Guarapuava*, lançado em 2010 pela editora da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).⁷ Trata-se de uma biografia de um agente da modernização, mas que ao mesmo tempo, traça uma interpretação linear e desenvolvimentista da transformação da paisagem de Entre Rios, a partir do incremento da agricultura capitalista na região.

As consequências da escola desse tipo de abordagem são muitas. Pode-se inferir, por exemplo, que a transformação de uma paisagem de campos nativos para uma outra de agronegócio pressupõe, em certa medida, a mudança de uma paisagem que não seria ocupada por humanos para outra eminentemente mecanizada, antropizada, ocupada, desejada modernamente.

O livro de Gora é dividido em duas partes: uma voltada ao passado, outra voltada ao presente da colônia. Trata-se da apresentação de diversos dados que envolveram a instalação dos imigrantes suábios em paisagens e terras brasileiras, especialmente em Entre Rios. Ao longo dos 12 capítulos, o autor, que atuou mais de 30 anos junto à Cooperativa Agrária, aborda assuntos polêmicos do processo de colonização, apontando falhas na experiência cooperativista que poderiam ser evitadas historicamente se outros modelos de produção

⁶ELFES, A. op. cit. p.13.

⁷GORA, Anton. *Dos campos nativos ao agronegócio. A contribuição suábia em Guarapuava nos relatos de Anton Gora (1951 – 2009)*. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2010.

tivessem sido seguidos, e critica as diretorias da empresa, pontuando dados e projetos que foram engavetados. Por outro lado, Gora propõe que o agronegócio teria sido o elemento fundamental para que a região tivesse conseguido prosperar, descortinando o caminho do desenvolvimento no município de Guarapuava.⁸

Como bases de partida, ainda que instáveis, para discutir alguns pontos desta dissertação, fiz amplo uso de publicações de história regional tradicional de Guarapuava, tais como *Pioneiros do vale de Entre Rios (1818-1951)*,⁹ de Sebastião Meira Martins (1992) e trabalhos acadêmicos cotejados com esses textos primeiros, tais como a tese de doutorado de Marcos Nestor Stein, *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios/PR*, (2011).¹⁰

O memorialista Sebastião Meira Martins afirma que as terras de Entre Rios foram tiradas dos fazendeiros e que a desapropriação foi feita de uma forma conflituosa. O autor expõe que alguns desses proprietários não quiseram sair de suas fazendas em troca de outras no norte do Paraná, para a plantação de café, e que alguns aceitaram a indenização concedida pelo governo estadual, mas permaneceram em Guarapuava.

Muito mais do que simplesmente existir um deslocamento de “campos nativos” para o “agronegócio”, como pensa Gora, não é forçoso considerar que, em região historicamente tradicional do ponto de vista econômico, como era e ainda é Guarapuava, nos anos 1950 e nos anos 2000, a consolidação da colonização suábica deu-se, também, em meio a conflitos pela concentração de terras.

O próprio Martins pontuou na sua história da colonização, os conflitos e os desejos dos antigos fazendeiros com relação às propriedades em vias de desapropriação para a instalação da colônia, bem como os conflitos internos de propriedade que já eram desenhados anteriormente à chegada dos imigrantes, mas que se intensificaram a partir daí, como é o caso do conflito que ainda persiste entre áreas de terras que haviam sido destinadas por uma das antigas proprietárias a famílias de ex-escravos. Martins assinala, nesse sentido, quem eram os subordinados dos fazendeiros, elaborando uma tabela com nome, cor e filiação. Esses trabalhadores continuaram nas fazendas e quando os imigrantes chegaram, precisaram deixar as terras e procurar trabalho em outros ramos.¹¹

⁸ GORA, A. op. cit. p.23.

⁹ MARTINS, Sebastião Meira. *Pioneiros do vale de Entre Rios (1818-1951)*. Guarapuava, 1992.

¹⁰ STEIN, Marcos N. *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios/PR*. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2011.

¹¹ Id., *ibid.*

Do ponto de vista acadêmico, o principal trabalho realizado sobre o distrito de Entre Rios, em termos de problematização da identidade suábica, foi feito pelo historiador Marcos Nestor Stein.¹² O autor contextualiza os suábios territorialmente e busca, por meio de discursos, como se deu a constituição da identidade dos colonos. O historiador também não deixa de mostrar momentos de crises, tensões e inseguranças que viveu o grupo antes, durante e depois do processo imigratório. Stein apresenta a reestruturação que a colônia teve que passar que culminou no modelo de monocultura mecanizada anos mais tarde, além de terem que construir um sentido ao seu passado, reinterprestando uma memória comum.¹³

As publicações sobre a colônia são, na maioria dos casos, relatórios encomendados por entidades que ajudaram no desenvolvimento e consolidação da colonização, ora pela Ajuda Suíça à Europa, ora pela Cooperativa Agrária e, nesses casos, a maioria encontra-se em língua alemã. Uma dessas primeiras publicações foi o relato *Die Donauschwäbische Flüchtlingssiedlung in Brasilien* (A colônia de refugiados no Brasil) de Max Frösch, publicada em 1958, e que tratou do desenvolvimento da colônia nos seus primeiros anos.¹⁴

Outros relatórios foram entregues entre os anos de 1970 e 1980. É o caso dos estudos *A colonização suábica no Paraná*,¹⁵ de Josef Gappmaier, publicado em 1970, e *A colonização suábica no sul do Brasil*,¹⁶ de Anton Hochgatterer, realizado entre 1976 e 1979. Gappmaier lançou recentemente, na ocasião dos 60 anos da colônia, o livro *Entre Rios: Neue Heimat für Donauschwaben (1951-2011)* (Entre Rios: a nova pátria dos suábios), que enfoca, principalmente, o desenvolvimento agrário da colônia.¹⁷

A construção de interpretações sobre a ocupação suábica na região tem despertado, também, a atenção de historiadores que tem aproveitado da estrutura da própria UNICENTRO para desenvolver trabalhos de conclusão de curso de graduação em História e de Especialização, ligados à localidade.

Em 1989, a historiadora Johana Elisabeth Michelz publicou *Campesinato x agricultura capitalista em Entre Rios – 1951-1985*, na qual discutia os conflitos entre formas dicotômicas do trato com a terra na região, a partir da leitura dos encontros e desencontros entre os suábios e os “brasileiros”, ou seja, populações locais que já desenvolviam alguma

¹² STEIN, M. N. op. cit. 11-56.

¹³ Id., ibid.

¹⁴ FRÖSCH, Max. *Die Donauschwäbische Flüchtlingssiedlung in Brasilien*. [manuscrito].

¹⁵ GAPPMAIER, Josef. *Agrargeographie der Donauschwabensiedlung in Paraná – Brasilien*. Tese. Salzburg: Universität Salzburg, 1987.

¹⁶ HOCHGATTERER, Anton. *Donauschwäbische Siedlung in Südbrasilien*. Salzburg: Haus der Donauschwaben, 1986.

¹⁷ GAPPMAIER, Josef. *Neue Heimat für Donauschwaben (1951-2011)*. [manuscrito]

forma de agricultura na região em meio ao processo de modernização e colonização.¹⁸

No campo da Geografia, Francisco de Assis Leutner aproveitou para discutir o principal produto de evidência da colônia e da Cooperativa Agrária durante a década de 1980, que era a cevada, por meio da monografia intitulada *Cultivo e comercialização de cevada no distrito de Entre Rios, Guarapuava, PR*, apresentada em 1990¹⁹.

Na área de Educação, Ducat, Miterer e Szabo discutiram a colonização à luz da problematização dos processos educacionais, em monografia apresentada à Faculdade de Pedagogia da UNICENTRO em 1992.²⁰

Hildegard Stutz apresentou monografia de especialização em Teoria da História intitulada *Os Suábios em Entre-Rios*, em 1999.²¹ Embora a teoria da história não seja lugar para o enquadramento de seu trabalho, uma vez que as discussões sobre processos de colonização não estariam encaixadas preliminarmente na discussão de conceitos de história, cara à área de teoria, o trabalho reafirmou a ênfase do departamento de História da UNICENTRO sobre o lococentrismo de preocupações acadêmicas naquela época, em Guarapuava.

Mais recentemente, em 2013, Marlene Sapelli, também da área de Educação, defendeu sua tese de doutorado intitulada *Escola do campo: espaço de disputa e de contradição: análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. A autora preocupou-se em problematizar comparativamente uma escola de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na região de Guarapuava, com outra instituição de ensino básico, que é um colégio consolidado no distrito de Entre Rios que, inclusive, oferece ensino bilíngue Português-Alemão, portanto, materialidades radicalmente diferentes e contrastantes, do ponto de vista sociopolítico.*

Ainda em 2013, Adriane Bernardim²² defendeu a dissertação intitulada *Colônias*

¹⁸ MICHELZ, Johana Elisabeth. *Campesinato x Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985*. 1989. Monografia (Curso de Especialização em História Econômica do Brasil). Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG. Guarapuava, 1989.

¹⁹ LEUTNER, Francisco de Assis. *Cultivo e comercialização de cevada no distrito de Entre Rios, Guarapuava, PR*. Monografia (Especialização em Geografia Humana). 1990. Guarapuava. Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). 1990.

²⁰ DUCAT, I. MITERRER, S. SZABO, C. *Suábios do Danúbio: Tradição, cultura e educação*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia). 1992. Guarapuava. Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). 1992.

²¹ STUTZ, Hildegard. *Os suábios em Entre-Rios*. 1999. Monografia (Especialização em Teoria da História). Guarapuava. Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). 1999.

²² BERNARDIM, Adriane. *Colônias Suábias em Guarapuava e o efeito discursivo da memória no espaço de imigração: entre a “velha” e a “nova” pátria*. Dissertação (Mestrado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade do Centro Oeste, UNICENTRO. Guarapuava, 2013.

Suábias em Guarapuava e o efeito discursivo da memória no espaço de imigração: entre a “velha” e a “nova” pátria. Neste trabalho, a pesquisadora do Departamento de Letras da UNICENTRO, aborda a constituição do imigrante pela língua, analisando discursos polarizados entre a velha e a nova pátria.

[...] ao rememorar o processo de “colonização” das terras guarapuavanas, pelos imigrantes refugiados da Segunda Guerra Mundial, interpreta que a vinda dessas pessoas da velha pátria, em muitos efeitos de sentido, pode constituir uma comunidade imaginada, tanto nos aspectos sócio-culturais quanto nos econômicos, destacando a preservação da cultura e das tradições suábias e o desafio da “grande safra” das culturas do soja, cevada ou trigo, como prova de que o povo suábio se apresenta numa formação discursiva de “o homem que trabalha, produz até em solo infértil”, como mantenedores da “velha identidade” (identidade esta, de um povo que sempre soube sair de situações muito difíceis, como por exemplo quando viveram maus tempos nos campos de refugiados na Áustria) inserida num contexto de “nova pátria”, o Brasil, a nova identidade, a nova terra, o novo lar²³.

Do ponto de vista metodológico, a gama ampla de documentos produzidos pela colonização suábica me fez caminhar sobre textos técnicos, econômicos, relatórios de colonização escritos em português e em alemão, bem como imagens.

Em tese de doutorado acerca do processo de modernização da agricultura, principalmente o da pomicultura, que aconteceu no sul do Brasil em época semelhante a que trabalho nesta dissertação, o historiador Jó Klanovicz pontuou o papel preponderante da imagem, especialmente, da fotografia, na constituição da própria história de parte das relações modernas estabelecidas entre populações locais e projetos agrícolas.²⁴ Por suas relações de contiguidade e de similaridade com a realidade dos fenômenos fotografados, conforme pontuou Windried Nöth e Lucia Santaella, a fotografia serviu sobremaneira para o registro do desenvolvimento da colônia Entre Rios, especialmente quando estamos falando de processos de construção da identidade local onde máquinas, plantas, paisagens, humanos, vestimentas formam uma cadeia de sensibilidades peculiar ao longo dos anos de colonização.²⁵

Em Entre Rios, registros visuais que dão valor cognitivo aos fatos na forma de imagens que tratam do trabalho e da paisagem, são relacionadas com a (re)afirmação de identidades locais, por meio da produção de subjetividades, expostas nas diferentes

²³ BERNARDIM, Adriana. *Entre Rios: sentidos dados pela “nova” e “velha” pátria.* Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012, p. 9.

²⁴ KLANOVICZ, Jó. *Natureza corrigida: uma história ambiental da pomicultura no sul do Brasil.* 2007. Tese (Doutorado em História – Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

²⁵ NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. *Imagem: cognição e semiótica.* São Paulo: Iluminuras, 1999.

interpretações dos acontecimentos, que se tornam também filtros da produção e da seleção de paisagens e momentos da transformação ambiental a serem apreendidos pelo fotógrafo. O distrito produziu grande quantidade de fotografias sobre instalações agrícolas, pessoas e plantações, o que significa, em certa medida, que as fotografias serviram para o desenvolvimento de memórias das práticas produtivas locais.

Em todo o uso dessas imagens é claro que foi necessário observar o percurso de suas origens, a prática dos olhares, a experiência de apreensão da paisagem, as táticas que mudaram de acordo com o tempo e com o espaço. Apreender esse aspecto, não menos importante na pesquisa é uma operação realizada pela articulação de uma narrativa histórica que submete as particularidades, delinea uma topografia de interesses e propõe questões por meio da organização de documentos a serem encadeados na própria narrativa, como afirma Jó Klanovicz, amparando-se em Michel de Certeau.²⁶

Como já mencionado, busquei observar as memórias institucionais, presentes em históricos de empresas como a Cooperativa Agrária, especialmente a partir de relatórios por ela publicados, e pela própria construção de um museu identitário, com características étnico-empresariais. De forma genérica, os documentos de origem institucional, tanto privados quanto públicos, expressam a cultura empresarial e institucional e as pressões socioculturais as quais estão submetidas, ainda mais quando estamos falando de uma colônia agrícola eminentemente controlada e gestada por uma empresa de caráter étnico.

Sendo assim, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro deles versa sobre alguns elementos conceituais e contextualiza os imigrantes suábios. Quem são e como e por que chegaram ao Brasil são algumas questões levantadas neste capítulo. O segundo está destinado à discussão da distribuição das terras, o trabalho com o solo – até então desconhecido, quais as culturas que foram produzidas na colônia e a justificativa pela escolha de cada uma delas. Por fim, no terceiro capítulo discutirei a mecanização e o reflorestamento, questões, entre outras, sempre listadas nas pautas das “preocupações ambientais” durante todo processo de colonização.

²⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Forense Universitária, 1991. Apud KLANOVICZ, Jó. op. cit. p.57.

CAPÍTULO 1

ENTRE PAISAGENS EUROPEIZADAS

Dora Shellard Correa afirma que na segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 60 e 70 decaiu o interesse da historiografia em se debruçar sobre o espaço, em descrever paisagens.²⁷ Ao construir sua narrativa sobre esse problema historiográfico, a autora pontua, amparada em Warren Dean, que, naquele momento, “a academia estava mais envolvida com o debate sobre desenvolvimento do país apoiando-se em abordagens estruturalistas”.²⁸

É importante considerar, ainda segundo Correa, que esse desinteresse tem um percurso institucional próprio, vinculado à construção do desmembramento entre Geografia e História, operado no país a partir de meados dos anos 1950, o que ocasionou a própria restrição do diálogo entre essas áreas, bem como a construção de perspectivas acerca da sociedade e da economia brasileiras. Nesse sentido, por exemplo, a análise sobre sociedade e economia acabou sendo alocada na Geografia, ficando a história apenas com a função de narrativa de fatos, fenômenos e realidades a serem percebidas no discurso historiográfico.²⁹

A partir do final do século XX, a historiografia brasileira transformou-se seguindo, sem espelhar totalmente, a Nova História francesa, instigada como ela pelas mudanças de paradigmas dentro das ciências humanas. Teoricamente a noção de representação torna-se central. Metodologicamente há um aprofundamento na análise documental, um retorno à hermenêutica. Observa-se a intensificação de estudos que se restringem à crítica dos testemunhos.³⁰

Nesse contexto, a observação do espaço físico recupera superficialmente a forma das abordagens da primeira metade do século XX. A paisagem volta a ser descrita, confundindo-se agora com as noções de natureza e meio ambiente. A realidade investigada que tinha como referência o nacional se fragmenta cedendo para o enfoque do fenômeno local e regional em suas singularidades. O foco territorial de análise deixa de obedecer às fronteiras nacionais e passa a ser determinado pelo tema estudado: o império português, o comércio transatlântico,

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Dora Correa pondera, contudo, que havia uma produção histórica importante sobre o tema, na época: “Mesmo assim a referência ao espaço físico não desaparece totalmente. Lembremo-nos dos trabalhos de Alice Piffer Canabrava, Maria Yedda Linhares e Maria Thereza Petrone formadas nas subseções de Geografia e História, antes de seu desmembramento, na Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal. O próprio Sérgio Buarque de Holanda estava rascunhando Extremo Oeste por essa época”.

³⁰ Id., *ibid.*

as sociedades indígenas na América do Sul. O diálogo é ampliado para a Antropologia, Literatura e também para além das ciências Humanas, para a Geografia Física, Biologia e Ecologia.³¹

O tema paisagem é desenvolvido especialmente pela História Cultural e a História Ambiental. Esses campos contrastam não tanto pelas noções de paisagem - concebe-se paisagem tanto quanto uma percepção, como uma concretude ou uma representação -, mas pelo predomínio no caso da primeira de enfoques que desprezam a relação entre a representação e o objeto real concreto representado e na segunda prevalece a consideração à realidade material. Ou seja, enquanto no primeiro caso se permanece no aprofundamento da representação, no outro se despreza a representação ou critica-se ela para avançar em direção à realidade material.³²

Na década de 1980, Denis Cosgrove³³, professor na Universidade de Berkeley (EUA), criticou a concepção de que paisagem era um dado empírico da realidade e que poderia ser estudado objetivamente a partir de metodologia apropriada. Afirmou que paisagem não é apenas o mundo que nós vemos, mas é mediado por nossas experiências.

Através da história da ideia de paisagem, mostrou que foi no contexto cultural da transição para o capitalismo mercantil, entre os séculos XV e XIX, que a noção se desenvolveu. Surgiu no Renascimento denotando a representação artística e literária do mundo visível, como uma cena observada por um espectador. Implicou numa postura contemplativa e numa sensibilidade subjetiva em relação ao mundo externo natural e humanizado. Ao final do século XIX, a Geografia apropriou-se do termo para evidenciar a relação do homem com a natureza, que poderia ser empiricamente e objetivamente apreendida e estudada por métodos científicos.

Conforme Cosgrove a noção de paisagem expressa um modo de ver o mundo: “uma maneira que alguns europeus representaram a eles mesmos e os outros, o mundo ao redor deles e sua relação com esse mundo através do qual eles justificam as relações sociais”³⁴. Revela uma forma de apropriação da terra, reassegurando permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço.

31 Ib., ibid.

32 CORREA, D. op. cit.

33 COSGROVE, Denis E. *Social formation and symbolic landscape - With a new introduction*. Madison. The University of Wisconsin Press, 1998.

34 Id., p. 1.

O crítico literário Raymond Williams em *Campo e Cidade*³⁵, também vê a ideia de paisagem ligada a uma formação social e histórica determinada. Entretanto, observa que o ato de contemplar as formas e movimentos da terra e deles sentir prazer e tirar significados práticos e filosóficos deve ter acontecido em todos os tempos e entre todos os grupos sociais. Pesquisando como a Literatura anglo saxônica, a partir do século XVI, refletiu sobre os modos de vida rural e urbano, apontou que, entre os séculos XVII e XVIII, um tipo de observador distinguiu as apreciações práticas das estéticas, a natureza da cultura. Foi nesse mesmo contexto que se inventou o termo “scenery”, vista, e o ato de contemplar uma vista passou a ser consciente e externo à cena visualizada. Essa separação do observador em relação ao observado reflete a divisão entre trabalho e consumo.

Afirma que vivemos num mundo em que os próprios modos de percepção e de ação distanciados, separados e externos são frutos de uma imposição política, de um modo de produção e de suas relações sociais dominantes. Só conseguimos chegar às deformações processadas por essa forma de percepção quando deixamo-nos de nos colocarmos externamente, separados e distanciados do mundo e de nosso objeto. Só superaremos a divisão, ultrapassando a divisão do trabalho, caminhado pela experiência.

No primeiro capítulo de *Campo e cidade* Raymond Williams relembra episódios de sua infância e as paisagens observadas. Nasceu e cresceu no mundo rural, numa pequena aldeia do País de Gales. Só saiu dali quando foi para a universidade e passou a visitar inúmeras cidades pelo mundo. Contudo, sua experiência sempre o acompanhou. Demonstra que existem vários olhares sobre a paisagem, não só aquele que os geógrafos, arqueólogos, historiadores e arquitetos nos apresentam. Mas sugere que paisagem remete a um real concreto e também à memória carregada nas migrações. Ela não é só visual, pode ser também sonora. Nesse primeiro capítulo mostra como recordações e sons resultam em imagens, em paisagens e escreve: “Um cão está latindo – latido de cão acorrentado – atrás do celeiro de amianto. Presente e passado; aqui e muitos lugares”.³⁶

Denis Cosgrove e Raymond Williams evidenciam, por caminhos diferentes, a complexidade de discutir a relação das sociedades com espaço geográfico, utilizando uma categoria cognitiva, paisagem, que designou uma dada forma de percepção do espaço físico, imposta entre os séculos XV e XIX. Seus estudos revelam a ingenuidade de adotar a noção sem levar em conta a sua historicidade e desconsiderar a carga política que ela contém.

³⁵ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na História da literatura. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

³⁶ WILLIAMS, R. op. cit., p.20.

Dialogando com eles, Barbara Bender³⁷, arqueóloga inglesa, critica a informação implícita em estudos sobre a origem da categoria paisagem, que indicam sua invenção pelos europeus do oeste - particularmente italianos, flamengos, ingleses, franceses e alemães - e que, portanto, fazem crer que somente eles desenvolveram uma relação cognitiva com a natureza. Afirma que todos os povos do mundo estabelecem reflexões sobre sua relação com o espaço físico. Contudo, nem todos se preocupam em criar um conceito para designá-las.

Reconhece, acompanhando Denis Cosgrove, que aquela forma de percepção do espaço, imposto a partir do século XV no oeste da Europa reflete o domínio de uma classe sobre as demais. Entretanto, considera que ter a classe social como foco único de atenção é um critério redutor da realidade. Assim como, leva ao silenciamento e ao ocultamento de muitos, daqueles que vivem à margem da sociedade e daqueles que pertencem a uma etnia ou a um gênero submetido dentro da própria classe.

Essa postura de Barbara Bender remete ao estudo de Mary Louise Pratt em *Os olhos do império, relatos de viagens e transculturação*³⁸. Analisando o relato das mulheres que viajaram no século XIX pela América do Sul e que relataram suas viagens em livros, demonstra que sua atenção diferia dos homens. Elas estavam atentas ao cotidiano das casas e aos detalhes das relações sociais. Homens, - cientista diplomatas e negociantes - observavam os caminhos ou os recursos naturais passíveis de serem explorados. Mostra que as nossas experiências e vivências individuais definem o que e como vemos e descrevemos.

Paisagem, afirma Bender,³⁹ é tempo e espaço. Seu estudo tem que ser contextualizado uma vez que o modo pelo qual as pessoas concebem e se relacionam com a terra varia ao longo do tempo, do espaço e das condições históricas particulares em que se encontram. Relaciona-se, portanto, também à sua situação econômica, seu gênero, idade e classe.

Questiona a concepção dominante nos estudos sobre paisagem que a relação cognitiva das pessoas com o espaço físico se dê somente pelas impressões visíveis. Outros sentidos são utilizados nesse processo: o olfato e a audição, por exemplo. Também a memória, as lembranças fazem parte das paisagens. Elas são levadas nas migrações e depois transplantadas, adequadas ou guardadas.

Barbara Bender entende paisagem como uma forma de conceber e se relacionar com

³⁷ BENDER, Barbara. (Ed.) *Landscape politics and perspectives*. Oxford: Berg, 1993, p. 1-17. BENDER, Barbara; WINER, Margot (Ed.) *Contested landscapes. Movement, exile and place*. Oxford: Berg, 2001, p.1-18.

³⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império. Relatos de viagens e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

³⁹ BENDER, B., op. cit.

a terra. Propõe tratar paisagem como um processo. Como o meio pelo qual as pessoas entendem e se engajam no mundo material ao redor delas. Portanto, é um processo historicamente e espacialmente contingente, conflituoso e sempre em movimento.

Cosgrove e Williams estão discutindo a paisagem como o visualizado por um observador, argumentando que ela contém muito mais do que somente o real concreto enxergado. Concordam que as relações dos homens entre si e deles com a natureza marcam concretamente a terra. Porém, a forma pela qual nós apreendemos essa relação - pela visão, localizados externamente ao observado e utilizando uma metodologia que valida o caráter objetivo do percebido - é parte de uma estratégia de dominação. A ideia de paisagem que se revela numa prática de relação com o mundo dissimula seu caráter político.

Bender está pensando na prática da produção do espaço em termos materiais e abstratos que se reconhece através do trabalho de campo e da descrição e interpretação etnográfica especialmente de sociedades à margem do capitalismo. Daí sustentar que a crítica à ideia de paisagem feita por Cosgrove, Williams e outros que só têm em conta sociedades urbano-industriais. Ela não é suficiente para revelar e qualificar a diversidade de formas de relações com a terra existentes no globo. Enfim, as críticas que universalizam as realidades observadas nos países centrais do capitalismo e que colocam a classe como categoria fundamental de análise, são redutoras da realidade, inviabilizam a apreensão das diversidades e singularidades existentes no mundo atual.

Embora trate paisagem como uma representação, Jean Marc Besse se contrapõe a esses intelectuais por conceber a possibilidade de separação entre o real e o subjetivo, pela sua concepção de representação e como vê a sua superação.

Delimita paisagem ao campo do visual, um mundo visto à distância. Reconhece a aproximação entre cartografia e a representação artística da natureza visualizada, do mesmo modo, o pintor e o cartógrafo, ambos observadores de espaços e de fenômenos do mundo terrestre, desenvolvem uma arte da leitura visual dos signos que constituem a qualidade própria de uma paisagem. Entretanto, afirma que o termo paisagem em alemão, italiano e inglês, antes de adquirir uma significação estética ligada à pintura, tinha um significado territorial: “Tomada num sentido, sobretudo jurídico-político e topográfico, a paisagem é, de início, a província, a pátria, ou a religião”.⁴⁰

Aponta que o visível possibilita uma experiência sensível, mas também revela algo, o

⁴⁰ Ibidem. p. 20.

que significa segundo ele que há mais coisa além das representações. Segundo ele, aqueles que adotam essa perspectiva realista, ou seja, que buscam ir além das representações, tem como objetivo não só conhecer, mas também um projeto de intervenção no território, são os planejadores, arquitetos e outros. Ou seja, sempre tem mais do que o captado pelos sentidos. “Não se trata, portanto, de negar o visível, mas de lhe atribuir, além da experiência sensível que dele se pode fazer, outro estatuto, outra função: o visível revela algo, ele exprime. O que quer dizer que ele não é unicamente uma representação”.⁴¹

Afirmando que aqueles que adotam uma posição realista, ou seja, que consideram que paisagem não se reduz a uma projeção subjetiva tem um projeto sobre o território e que, portanto paisagem não é apenas vista, mas é especialmente território ou sítio, afirma que: “Mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu ser não se reduz à sua visibilidade. O problema que se coloca neste último caso é o de conseguir apreender a relação entre a dimensão visível da paisagem e aquela que não é. Ler a paisagem. A questão, segundo ele, está em: “apreender a relação entre a dimensão visível da paisagem e aquela que não é”.⁴²

A discussão entre esses quatro intelectuais evidencia que mesmo tratando paisagem como uma representação e afirmando a existência de uma realidade concreta, partem de concepções teóricas diferentes e sugerem procedimentos metodológicos diversos. Jean Marc Besse define representação como “um mecanismo de projeção subjetiva e cultural”.⁴³ Nos demais autores, fica evidente que a representação possui uma carga política, revela um projeto social. A sua crítica passa pelo desvendamento desse conteúdo político. E, especialmente, não há como separar o conteúdo objetivo e subjetivo de uma imagem.

Barbara Bender se distancia de Denis Cosgrove e Raymond Williams quando fragmenta o social e o cultural em etnia, gênero, idade e critica as teorias que reduzem a realidade. Mas também não tem como procedimento metodológico buscar regras para separar a representação do representado. A revelação, a aproximação do material se dá pela crítica às representações e conseqüentemente o avanço além das deformações produzidas por ela e não pela sua negação.

Denis Cosgrove, Raymond Williams, Barbara Bender e Jean Marc Besse auxiliam a refletir sobre a ideia de paisagem. Informam sobre como essa representação foi construída no oeste da Europa, no contexto de desenvolvimento do capitalismo, e qual o seu objetivo, um

41 Ibidem.

42 Ibidem. p. 64.

43 Ibidem.

instrumento de dominação. Destacam o que lhe dá força, a visualidade. Contudo, a visualidade é um dos instrumentos de deformação do mundo material, porque depende da subjetividade, de uma predisposição do sujeito da ação.

Ao ligarmos essas observações com a construção identitária e da paisagem de Entre Rios, é importante salientar, novamente, que a comunidade comemora, anualmente uma imigração de grupo social etnicamente homogêneo na superfície, mas bastante variado quando acionamos uma visão microscópica. O que daria homogeneidade, contudo, para ele, seriam as inúmeras operações de acionamento dos dispositivos de memória, sejam eles baseados em registros étnicos, religiosos, ou em registros de ética do trabalho rentável ou capacidade de colonizar ou “civilizar” territórios incultos.

Para realizar a pesquisa, lançou-se mão de algumas categorias e formas de fazer historiográfico que estão presas a um determinado modelo de história ambiental. Nesse sentido, este trabalho aproveita discursos econômicos, sociais, políticos, culturais, para discutir, também, em que medida as escolhas que foram tomadas no passado nessas mesmas dimensões impactam, hoje, em diferentes perspectivas sobre a relação entre humanos e mundo natural.

A história pode descrever, interpretar e apresentar as complexas relações entre mundo natural não humano e humano, que é uma questão central para os problemas ambientais. Não se estudam apenas como as práticas humanas têm afetado a natureza; busca-se investigar as ideologias, os interesses, as visões, que são datadas, historicamente construídas sobre catástrofes, guerras, epidemias e desastres.

De exercício especulativo de nascimento incerto a campo reconhecido nos estudos históricos, a História Ambiental apresenta-se como área de pesquisa útil a interpretar problemas contemporâneos das relações entre humanos e não humanos no tempo, tomando a categoria “ambiente” ou “ambiental” como o resultado das dimensões “natural e construída pela mão humana, do mundo palpável”⁴⁴.

Assim, embora o campo de pesquisa seja recente (constituído com essa denominação nos EUA nos anos 1970), sua genealogia pode nos conduzir ao século XVIII com o iluminismo de Condorcet, a fisiocracia de François Quesnay, a economia da natureza de Lineu, ao pastoralismo de Gilbert White; ao século XIX com o conservacionismo, o

⁴⁴ BUELL, L. *Writing for an endangered world: literature, and environment in U.S.* Boston: Harvard University Press, 2002.

preservacionismo ou a historiografia da fronteira, do oeste e da *wilderness*, nos EUA;⁴⁵ a geografia de final de século promovida na Alemanha e na França, e, no século 20, desde a história rural francesa de Marc Bloch⁴⁶, a geo-história de Braudel e sua *longa duração*⁴⁷, a história do clima de Emmanuel Le Roy Ladurie e sua *história imóvel* chegando aos ambientalismo das décadas de 1960 e 1970 e seguindo adiante por temas como história da floresta, história do uso de recursos naturais, história ambiental urbana, história ecofeminista, história ecológica, história ambiental dos desastres, etc.

Contudo, o campo e a forma como ele se estrutura é recente, quer o pensemos em termos teórico-metodológicos, como temáticos, uma vez que, a história ambiental é a história dos papéis e lugares da natureza na vida humana, a história de todas as interações que sociedades têm apresentado com o passado não humano, nos seus ambientes.⁴⁸

Foi a torção da realidade possível para uma realidade além dos limites prováveis da técnica do século XVIII vivido por Condorcet, que fez com que Europa e neo-Europas irradiassem a crença inabalável na tecnologia a partir, principalmente, das industrializações da metade do século XIX, e acabassem por consolidar um projeto no qual, para usar um termo advindo de um dos principais pensadores da transformação das relações entre humanos e mundo natural no século 19, Karl Marx, a primeira natureza (atingida apenas por algumas perturbações humanas) foi suplantada pela segunda natureza (humanizada, desviada, industrializada, “desnaturalizada”).⁴⁹

Em certa medida, a impregnação da concepção modernista de relação com o mundo natural, bem como a potencialização da capacidade técnica e industrial de intervenção humana sobre o mundo não humano – que foi interpretada como ciência realista, ciência modernista, ciência com C maiúsculo, conforme teóricos como Gaston Bachelard, chegando a Bruno Latour – acarretou, dentro da própria ciência moderna, a crítica a esse realismo, a essa máquina científica que, até o final da Segunda Guerra Mundial, pretensamente tentava dar respostas fixas, objetivas e definitivas a problemas ecológicos complexos; uma complexidade que adveio, inclusive, dos próprios problemas ecológicos originados ou maximizados pela exploração de recursos para a guerra, e em eventos de consequências incertas, como a

⁴⁵ TURNER, F. F. *O oeste americano*. Niterói: Forense Universitária, 2004.

⁴⁶ BLOCH, M. *A terra e seus homens*. Bauru: EDUSC, 2001.

⁴⁷ BRAUDEL, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. London: Oxford Un. Press, 1972.

⁴⁸ STEWART, M. *Environmental history: profile of a developing field*. In: *The history teacher* v.31, n.3, 351-368, may 1998, p. 352.

⁴⁹ FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

detonação das duas bombas atômicas estadunidenses sobre o Japão⁵⁰.

Frente à modernização exacerbada acarretada por esses eventos da primeira metade do século XX, é possível perceber, também, críticas que comporão as fundações de uma história ambiental dos anos 1970. Parte delas emergem do próprio *background* científico caracterizado pela racionalidade mecanicista acerca do mundo natural, da separação antagonista e artificialista entre humanos e “natureza”, das dicotomias “sociedade” e “ambiente”.

É o caso dos escritos do engenheiro florestal estadunidense Aldo Leopold, que, ainda na década de 1940, passou a propor a ideia de *Ética da Terra*, um conjunto de posições que bombardeavam as mais diferentes facetas das relações entre humanos e não-humanos, propondo alguns dos princípios básicos que depois vieram a ser adotados pela área de bioética, e que hoje está presente nos mais variados comitês de ética de pesquisa com seres humanos e não humanos.⁵¹ A *Ética da Terra* transformou-se num dos conceitos basilares de grupos de ambientalistas nos anos 1960, especialmente nos EUA.

A década de 1960 foi marcada por inúmeros movimentos de contestação das ordens sociocultural, política e econômica, em diversos países, e sua emergência esteve ligada tanto a antigas reivindicações que tomaram corpo a partir da articulação civil, mas também aos problemas oriundos do vai-e-vem de forças conservadoras e neoconservadoras que apareceram logo após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, sob o pano de fundo de um crescente antagonismo entre leste e oeste, marcado pela consolidação da URSS e dos EUA como modelos sociais, econômicos e políticos.

No caso da luta pelo reconhecimento de diversos direitos civis levados a cabo na década de 1960, nos EUA, as preocupações com problemas ecológicos advindos de um mundo crescentemente industrializado e de uma visão capitalista que rapina os recursos naturais a partir da sua máxima exploração sem levar em conta, ou melhor, ignorando, muitas vezes, o conceito de escassez, deram vazão à construção de movimentos ambientalistas, ao ecofeminismo, à justiça ambiental, que se coligaram a outros tantos que estavam presentes na cena pública⁵².

Em 1962, o estopim dessas preocupações ambientais foi aceso com a publicação do

⁵⁰ OOSTHOEK, J. K. *What is environmental history*. Disponível em: http://www.eh-resources.org/environmental_history.html. Acesso em: 1 out. 2010. [2005].

⁵¹ LEOPOLD, A. *The river of the mother of god and other essays*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991. Edição de Susan Flader e Baird Callicott.

⁵² MERCHANT, C. *The Columbia guide to American environmental history*. New York: Columbia University Press, 2002.

livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da bióloga Rachel Carson⁵³. Essa obra, escrita em linguagem simples, denunciava a contaminação da água por empresas agroquímicas, apoiando-se, primeiro, numa visão pastoral de uma natureza prístina anterior ao toque explorador dos humanos, e, segundo, numa visão apocalíptica secular, que reafirmava a rapina humana sobre os recursos naturais como inerente ao sistema econômico e industrial vigentes.

A obra tornou-se um best-seller, ainda mais porque enredava tais preocupações num tom ficcional, onde toda a história se desenrolava numa pequena cidadezinha fictícia no interior. Rachel Carson foi processada por cientistas, por industriais, e sua obra foi desqualificada por ser romântica, não-científica, inverossímil. A autora foi desqualificada porque era mulher e porque, como bióloga, não teria autoridade científica para falar de contaminação por agrotóxicos⁵⁴. Os esforços da indústria foram, contudo, inúteis perante o desencadear de discussões públicas sobre questões ambientais como a da contaminação.

Outra obra de impacto para a emergência do ambientalismo do século XX, publicada na mesma década, em 1964, foi *The Machine in the Garden*, de Leo Marx. Esse autor foi um dos responsáveis pela historicidade da ideia de paisagem prístina, contribuindo para o conjunto de pessoas que sempre afirmaram a inexistência da natureza intocada⁵⁵.

Na esteira das discussões sobre meio ambiente e sociedade dos anos 1960, Roderick Nash utiliza-se, pela primeira vez, da expressão “História Ambiental” numa comunicação à *American Historical Association*, em 1970, preconizando a ideia de que historiadores precisariam levar em conta, nas suas análises, os aspectos naturais, as influências ecológicas sobre as culturas, bem como uma ética ambiental profunda que pudesse ser introduzida nas suas análises⁵⁶.

Ao longo da década de 1970, surgiram a Sociedade Americana de História Ambiental e sua revista, a *Environmental History Review*, que recebeu esse nome numa reformulação posterior a 1976, quando havia sido criada. Tal publicação desempenharia papel preponderante para a disseminação de questões relativas à História Ambiental como um todo, especialmente nos países de língua inglesa. Contudo, as discussões iniciais acerca da História Ambiental, naquele momento, voltavam-se a leituras sobre a emergência das ideias como

⁵³ CARSON, R. *Silent spring*. 20.ed. New York: Belknap Press, 1998.

⁵⁴ CARSON, R. *Silent spring*. 20.ed. New York: Belknap Press, 1998; GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da UNB, 2005.

⁵⁵ MARX, L. *The machine in the garden: technology and the pastoral ideal in America*. New York: Oxford University Press, 2000.

⁵⁶ NASH, R. 1990.

agentes ecológicos, do conhecimento científico sobre o mundo natural, e da própria ideia da relação histórica tecida entre humanos, plantas e animais. Tal perspectiva foi corroborada por obras como a de Keith Thomas, *O homem e o mundo natural*⁵⁷.

Não foi à toa que José Augusto Drummond, em 1991, ao tecer um ensaio bibliográfico sobre os primeiros momentos da História Ambiental, considerou o campo como eminentemente filiado à trajetória historiográfica de língua inglesa, pontuando certa circularidade de termos oriundos de “disciplinas-fontes” como a geografia, a biologia, a antropologia, para compor o quadro de um novo paradigma historiográfico⁵⁸.

Se esquadriharmos algumas obras como a de Keith Thomas, poderemos perceber que essa literatura produzida nos anos 1970 trata das relações entre sociedade e natureza de um ponto de vista ambiental, porém, eminentemente político, na medida em que a interpretação da história das relações entre humanos e mundo natural impele às noções de política de apropriação humana desse mundo. Se constroem ensaios sobre a tradição pastoral de visão de mundo na modernidade, em contraponto à emergência da ciência. Contudo, esse primeiro momento de uma história ambiental produz, em síntese, verdadeiras histórias políticas ou sociais.

Entre 1979 e 1983, no entanto, a História Ambiental começa a ganhar contornos mais complexos, a partir de obras como a de Donald Worster, *Dust Bowl*⁵⁹ (1979) e de William Cronon, *Changes in the land* (1983)⁶⁰. Na historiografia da história ambiental até agora produzida, parece existir um consenso que afirma que essas obras representam a maturidade do campo.

Em *Dust Bowl*, aparece num primeiro momento a taxonomia de três níveis proposta por Worster para definir a História Ambiental: a leitura interagente das dimensões natural, socioeconômica e de percepções sociais sobre a relação entre sociedade e ambiente. Isso não significa que haja outras categorias envolvidas no processo de pesquisa em História Ambiental, e que todos os historiadores que a produzem utilizem desses traços distintivos. Contudo, é necessário considerar que, na maioria dos casos, são essas três dimensões que prevalecem no trato teórico-metodológico.

Processos migratórios nunca são simples ou podem ser explicados de maneira

⁵⁷ THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

⁵⁸ DRUMMOND, J. A. *A história ambiental: temas, fontes e linhas*. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, v. 4, n. 8, p. 184-198, 1991.

⁵⁹ WORSTER, D. *Dust bowl: the Southern plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 1979.

⁶⁰ CRONON, W. *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1983.

completa. Há toda uma historiografia mais dura que construiu visões edificantes e totalizantes de processos migratórios, geralmente marcando-os como sinônimo de progresso social, cultural, econômico e político no Brasil.

Mais recentemente, uma outra corrente tem pensado as migrações sob o viés das renegociações e construções socioculturais. Tais pesquisas, além de desconstruir a dureza das abordagens anteriores, tem procurado mostrar que, no momento da chegada de migrantes e emigrantes a outras terras, esses grupos precisam negociar identidades com grupos já estabelecidos, o que implica reforçar alguns elementos distintivos de seu próprio grupo, mas também tolher outros, ou ainda, inventar novos.

A historiadora Eunice Sueli Nodari, em *Etnicidades renegociadas*, dá sofisticação a essa abordagem ao trabalhar com teutos e ítalos-gaúchos em seus momentos de ocupação e colonização da região oeste do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil.

No próximo capítulo serão tratadas as questões que levaram os imigrantes a virem ao Brasil e como a colonização foi organizada ainda na Europa.

CAPÍTULO 2

DAS CAIXAS DE ULM À CHEGADA NO ESTADO DO PARANÁ

Simon Schama, em *Paisagem e Memória*,⁶¹ enfatizou, em diferentes momentos, a importância e o poder da construção da identidade a partir de uma marcação na paisagem. Nesse sentido, por meio da detalhada imersão em obras de intelectuais poloneses, num dado momento, o historiador mostrou que a identidade polonesa (escorregadia entre inúmeros fatiamentos históricos do território da Polônia, ora para Lituânia, ora para a Rússia) precisou, muitas vezes, materializar-se em elementos naturais perenes, tais como a floresta de Białowieża.

Ao expandir o argumento de Simon Schama, é interessante salientar que a identidade dos suábios acabou ancorando-se num rio, o Danúbio, e não em um único Estado ou nação. O discurso do barco percorrendo o Danúbio com suábios cursa quase que um processo de mitificação discursiva, que só pode ser compreendido a partir das relações de poder entre os próprios Estados-nação europeus entre os séculos XVIII e XX.

A antropóloga Kristina Joy Hubbard⁶², ao discutir a construção étnica e sociocultural da população suábica do Danúbio, enfatizou, inúmeras vezes, que a leitura de sua constituição só poderia ser feita mediante a observação da história dessa mesma migração. Ao discutir a relação entre os suábios do Danúbio, no Paraná, e a paisagem, é impossível, também, não considerar que esse grupo étnico tem uma longa trajetória de mudanças, de deslocamentos, que puderam formar uma espécie de reservatório de identidades, onde podem ser içadas inúmeras peças de tempos em tempos, com vistas à manutenção de identidades, mediante escolhas sempre tensas.

Ao considerar positivamente as observações de Kristina Joy Hubbard, é necessário descrever, ainda que uma vez mais, o processo de constituição identitária dos suábios a partir das contingências históricas pela qual esse grupo veio a ser nomeado, classificado, categorizado em meio a tantos outros, numa história europeia de constantes movimentos populacionais, especialmente a partir do século XVIII.

Nesses processos de mudança, de deslocamento, influenciaram políticas econômicas, sociais, guerras, crises ambientais diversas, busca por novas condições de vida a partir de imperativos sociais, culturais, mas também religiosos ou de outras ordens.

⁶¹ SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

⁶² HUBBARD, Kristina J. *The Danube Swabians: a post-war extermination*. p.117-120.

Hubbard pontua que a construção dos suábios como suábios do Danúbio tem início no século XVIII, quando inúmeros alemães foram encorajados a emigrar para terras em torno do rio Danúbio, nas regiões que hoje conhecemos e localizamos como sendo a ex-Iugoslávia, a Romênia e a Hungria, em embarcações chamadas de “Caixas de Ulm”. A descrição desse processo, em linhas gerais, ainda percorre os registros históricos da etnogênese dos suábios.

Milhares, provenientes da Baviera, Suábia e Francônia, se dirigiram para o leste da Hungria. Atendendo ao apelo imperial, desistiram de suas pátrias e marcharam com professores, pastores e aldeões os mais modestos para as regiões da Hungria então libertas. Foram lhes doadas terras e fundaram novas aldeias e cidades. Quando em 1740 a imperatriz Maria Theresa subiu ao trono da Hungria, teve como primeira preocupação a de povoar as áreas de seu império por meio de colonos alemães. Em meados do século, calculava-se que os alemães na Hungria somassem 400.000 almas. Esse desenvolvimento progrediu a ponto de introduzir-se a língua alemã como língua oficial e comercial no Império Húngaro.⁶³

Contudo, não se pode deixar de considerar que, além da instalação de fazendas agrícolas, havia também outros imperativos governamentais dos Habsburgos para o incentivo a essa emigração, tais como a expansão da religião católica apostólica romana no leste europeu⁶⁴, além do reforço das linhas de defesa contra países do leste, especialmente se considerarmos que o século XVIII é o momento, *par excellence*, das políticas de consolidação da fronteira como elemento fundamental de demarcação de território a partir de deslocamentos populacionais. É importante ponderar também, que esta emigração não era nada *glamourosa*, uma vez que os que se lançaram na empreitada de estender o tecido sociocultural germânico pelo Danúbio eram, em sua maioria, camponeses pauperizados⁶⁵.

Portanto, durante o reinado da imperatriz Maria Theresia da Áustria, entre 1744 e 1772, a emigração dos suábios foi amplamente incentivada, sendo que o principal porto de partida dessa população era a região de Ulm, descendo o rio Danúbio em direção a Viena, onde muitos colonos recebiam a posse dessas novas terras. Cerca de 150 mil pessoas (na condição de agricultores) desceram o rio Danúbio e colonizaram as regiões de Banat, Batschka e Schwäbische Türkei, depois Syrmien e Slawonien⁶⁶. Todos esses imigrantes falavam diferentes dialetos e acabaram recebendo exogenamente a designação de suábios por

⁶³ ELFES, Albert. *Suábios no Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1971. p. 16

⁶⁴ Inicialmente a colonização foi permitida apenas a católicos, mas após o “edito de tolerância” do imperador José II, filho da imperatriz Maria Theresia, a permissão abrangeu também os protestantes.

⁶⁵ HUBBARD, Kristina J. Op. cit. p.117-120. Ao chegarem, os colonizadores encontraram terras de cultivo, uma casa de moradia, estábulos, gado e equipamentos de trabalho. Além disso, foram isentos de pagamento de qualquer imposto durante 10 anos.

⁶⁶ GORA, Anton. *Dos campos nativos ao agronegócio. A contribuição suábia em Guarapuava nos relatos de Anton Gora (1951 – 2009)*. Guarapuava: Unicentro, 2010. p. 26

populações húngaras, em razão de terem saído de Ulm, na Suábia alemã, em direção as novas terras.

Para Hubbard, a importância dos suábios na região colonizada foi a de transformar terras que antes eram improdutivas em áreas de cultivo, especialmente de cereais. Numa época em que a Europa era assolada por crises de subprodução de alimentos, as práticas agrícolas adotadas pelos suábios, tais como a rotação de culturas, os ajudou a fortalecer-se econômica e socialmente nas novas terras. Enquanto mantinham dialetos e antigas tradições, também aprenderam a incorporar novas formas de expressão e linguajar, devido ao longo convívio com populações eslavas dessa região. O que resultou daí, conforme a autora, foi uma cultura inteiramente nova, sendo que muitas gerações novas acabaram descrevendo-se como de origem alemã, iugoslavas, romênicas ou húngaras⁶⁷.

[...] não é mais possível determinar, nem sequer aproximadamente, o volume numérico das migrações para essas áreas húngaras do Danúbio. Em todo caso, deve ter-se tratado de algumas centenas de milhares de homens, pois espaço e urgência de povoamento condicionavam tal possibilidade. Essas correntes migratórias devem ter sido assaz importantes para permitir que os colonos mantivessem, por 150 a 250 anos, a sua unidade cultural e lingüística, criando, também numericamente, respeitáveis grupos populacionais, em 1924 cita-se o número de “suábios húngaros” como perfazendo 2.000.000 de pessoas⁶⁸.

Com a queda da monarquia dos Habsburgos e a crise do fim do século XIX marcada por aprofundamentos políticos, pelo imperialismo, pelo equilíbrio muito fugidio entre as potências europeias que irá incidir negativamente sobre as minorias étnicas, as antigas regiões de colonização alemã foram subdivididas entre as novas potências recém criadas: Iugoslávia, Romênia e a nova Hungria, tornando os imigrantes alemães, automaticamente, cidadãos destas novas nações. Com isso,

[...] intensificaram-se os esforços para a aculturação dos grupos alemães em cada um dos povos anfitriões. Isso causou como resposta uma resistência renovada, maior perseverança nos costumes tradicionais e novas ondas de emigração. No início da segunda guerra mundial, o número de suábios do Danúbio, nos três países, contava ainda com 1,5 milhões de almas⁶⁹.

O período entreguerras será o momento crucial para o grupo. No território iugoslavo, diversos grupos socioculturais de origem germânica, porém já com etnicidades renegociadas

67 HUBBARD, Kristina J. Op. cit. p. 118.

68 ELFES, Albert. Op. cit. p. 18.

69 Ibidem. p. 19.

de longa data foram forçados a redefinirem-se em termos “alemães”, especialmente quando Adolf Hitler começou a orientar a Alemanha para o seu “espaço vital”. Alguns jovens alistaram-se voluntariamente na “Wehrmacht” (Força de Defesa ou de Resistência), reforçando o efeito da propaganda antialema, entretanto, muitos outros foram obrigados a alistar-se nas forças especiais alemães, o que para um observador não informado, parecia constituir falta de lealdade com a nação anfitriã⁷⁰.

Hubbard, apoiando-se em argumentos de outros autores que discutem etnicidade, afirma que esses grupos, obrigados a redefinirem-se, foram forçados a reinventar 200 anos de ascendência germânica.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, esses grupos acabaram sendo identificados como alemães e, forçados a redefinirem-se nesses termos. Com o fim do conflito em 1945, os suábios tornam-se vítimas de perseguições identitárias iugoslavas, a partir do governo do marechal Josip Bros Tito. Embora a política de Tito advogasse o caráter multiétnico da população iugoslava, aqueles de etnias alemãs, por conta da guerra, perderam suas propriedades e suas casas, além da impossibilidade de reivindicar cidadania iugoslava⁷¹.

Essa história do deslocamento dos suábios é reverberada por gerações de memorialistas, inclusive no Brasil. No Paraná, o engenheiro agrônomo Albert Elfes, em *Suábios no Paraná*⁷², afirmou que, durante a Segunda Guerra Mundial, com o avanço do exército soviético e a retirada das tropas do Terceiro Reich, grande parte da população suábia abandonou as suas terras com medo da vingança do exército vermelho. Mais tarde os que insistiram em continuar nas aldeias foram expulsos, com permissão de levar somente o que pudessem carregar nos braços⁷³.

A derrota da Alemanha resultou numa multidão de desalojados e, de acordo com o historiador Marcos Nestor Stein⁷⁴, entre eles estava parte da população suábia do Danúbio. Alguns conseguiram fugir para a Áustria, onde ficaram refugiados por sete anos. A Áustria, mesmo tendo sofrido igualmente as consequências da guerra e de possuir uma população de sete milhões de pessoas, ofereceu asilo não só ao grupo de alemães, mas também a milhares de outros povos que fugiam do exército vermelho ou do regime comunista. Entre 1944 e 1950, os fugitivos foram obrigados a viver em campos de recolhimento sem trabalho, nem

⁷⁰ Ibidem. p. 19-20.

⁷¹ HUBBARD, Kristina J. Op. cit. p.117-120.

⁷² Trata-se de um relatório encomendado pela Cooperativa em decorrência dos 20 anos da colonização.

⁷³ ELFES, Albert. Op.cit. p. 20.

⁷⁴ STEIN, Marcos Nestor. *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011. p. 51-52.

mantimentos suficientes⁷⁵.

Apesar de muitos grupos começarem a se radicar na própria Áustria, a experiência dos suábios em termos de reintegração naquele país não foi das melhores, especialmente porque, em sua maioria, eram agricultores com pouco conhecimento de outras profissões⁷⁶. Além disso, segundo Stein, a Áustria também não se encontrava numa situação favorável economicamente para estabelecer os refugiados no país. Então, a solução inicial encontrada era a emigração para os Estados Unidos e para a Argentina, especialmente para os agricultores⁷⁷.

Foi então que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou suborganizações para a reintegração desses povos⁷⁸. Assim, o governo suíço, por meio da expansão da Cáritas Suíça e de seu programa *SwissAID/SchweizerEuropahilfe* (Ajuda Suíça para a Europa) começou a agir. Terminada a guerra, os refugiados poderiam finalmente prosseguir a sua migração para outros países da Europa ou para outros continentes. O historiador austríaco Josef Gappmaier relata que

com a ajuda do arcebispo de Salzburgo, Dr. Andréas Rohrer, uma delegação de Suábios do Danúbio conseguiu, depois da guerra, entrar em contato com a “Ajuda Suíça para a Europa” à qual submeteu o seu pedido de ajuda para emigração. Aquela organização nomeou em 1949 uma comissão, encarregada de achar, na América do Sul, terras próprias para a colonização⁷⁹.

Em 1949, a Ajuda Suíça passou a procurar terras agricultáveis no Brasil e enviou ao país uma comissão de estudos, a fim de localizar terras próprias para a colonização. A comissão era composta pelo padre Josef Stefan, o engenheiro agrônomo Michael Moor e Georg Bormet, sacerdote da Diocese de Bomfim no Estado da Bahia, que atuou como tradutor e secretário da comissão. Michael Moor foi o primeiro presidente da Cooperativa Agrária e liderou a execução do projeto de colonização das 500 famílias.

De acordo com o engenheiro agrônomo Anton Gora, um dos motivos da escolha pelo

⁷⁵ ELFES, Albert. Op. cit. p. 20.

⁷⁶ ELFES, Albert. Op. cit. p. 21.

⁷⁷ STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 54.

⁷⁸ De acordo com Stein, o retorno aos países de origem, como a Iugoslávia, Hungria e Romênia, não era visto com bons olhos pela organização, já que esses países passaram a ser governados por regimes comunistas. STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 54.

⁷⁹ GAPPMAIER, Josef. *A colônia dos Suábios do Danúbio no Paraná – Brasil (1951 – 1986)*. Cooperativa Agrária, 1986. p. 12-13. Trata-se de um boletim comemorativo aos 35 anos da chegada dos imigrantes Suábios à Entre Rios.

Brasil era a facilidade oferecida pelo governo brasileiro ao projeto de colonização⁸⁰. Stein completa que, após a Segunda Guerra Mundial, especificamente a partir de 18 de setembro de 1945, o governo brasileiro retomou o projeto de imigração. Getúlio Vargas sancionou o Decreto lei nº 7967 e a partir disso, o Brasil assinou vários acordos com os países afetados pelo conflito, com o objetivo de possibilitar a vinda desses grupos⁸¹.

Ao governo brasileiro interessava o trabalho experiente dos imigrantes suábios no cultivo de trigo para aumentar a produtividade e expandir a produção nacional do produto⁸². O trigo, além de poder ser vendido em forma de farinha, o que resultaria em maiores rendimentos, também poderia servir de adubo no caso da palha e como alimento para os animais, no caso do farelo. Enquanto isso, o governo garantiria o preço mínimo de venda do cereal⁸³.

Segundo Gora, o Brasil também foi o único país a acolher famílias completas, ao contrário de países como o Canadá e os Estados Unidos que aceitaram apenas mão de obra mais jovem.

Inicialmente a maior parte dos estudos de planejamento realizava-se no Estado de Goiás, no entanto, numa conferência realizada em junho de 1950, pelos representantes de vários comitês de socorro, resolveu-se desistir do projeto de Goiás. As principais causas da desistência foram o fato da grande distância do mercado consumidor e pela produção agrícola na região basear-se no cultivo de arroz, o que representava aos analistas das organizações envolvidas, um produto muito inconstante em relação aos preços⁸⁴.

Além do projeto em Goiás, havia também planos de colonização em São Paulo e no Paraná. A notícia despertou o interesse do então governador do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, que já estava promovendo a implantação da colônia de Castrolanda, formada por imigrantes holandeses na cidade de Castro e de Witmarsum, descendentes de imigrantes teuto-russos na cidade de Palmeira. Rocha Neto, que tinha interesse em tornar o Estado autossuficiente na produção de trigo, encarregou, portanto, Lacerda Werneck, Secretário da Agricultura, a tentar convencer o grupo a se fixar na região⁸⁵.

Era eu Secretário da Agricultura do Governo Munhoz da Rocha, quando, certo dia,

⁸⁰ GORA, Anton. Op. cit. p. 30.

⁸¹ STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 56.

⁸² GORA, Anton. Op. cit. p. 30.

⁸³ STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 95.

⁸⁴ Ibidem. p. 57.

⁸⁵ Ibidem. p. 58.

ao pôr do sol, procurou-se o Almirante Ayres da Fonseca Castro, fazendeiro na Lapa, que necessitava de uma orientação técnica para resolver problemas de sua fazenda. Apaixonado pelas lidas rurais externava o Almirante Ayres, com grande conhecimento de causa e brilhante inteligência e cultura, seu ponto de vista sobre a agropecuária no Paraná. Debates diversos problemas e a certa altura disse-me ele: está hospedada no Grande Hotel uma equipe de técnicos que vai levar para Goiás um núcleo de agricultores, que tiveram suas propriedades arrasadas com a guerra mundial na Iugoslávia e países limítrofes. Desejoso de operar uma transfusão de sangue alienígena na lavoura do Paraná, pedi licença ao Almirante e determinei que fosse um oficial de Gabinete convidar os visitantes para um diálogo com o Secretário da Agricultura. Disse-me o Almirante que eles partiriam pela manhã do dia seguinte para Goiás e por isso julgava difícil aceitarem o convite. Mas, meia hora depois, estavam eles na Secretaria⁸⁶.

Nesta reunião com a comitiva, Lacerda Werneck indicou algumas alternativas possíveis para a colonização. O secretário mostrou áreas no município de Clevelândia, localizado no Sul do Estado, mas a proposta foi rejeitada devido à distância da linha férrea. Então, sugeriu áreas na região dos Campos Gerais, no município de Ponta Grossa, mas o solo apresentava pequena profundidade e alta acidez. O mesmo aconteceu na região de Goioxim, próximo à Guarapuava, onde a área não apresentava uma topografia adequada à mecanização, havia muitas pedras. Werneck então, indicou a Fazenda *Sobrado* que estava à venda, no município de Pinhão⁸⁷. Entretanto, enquanto rumavam a seu destino, a passagem pelos campos de Entre Rios seria decisiva.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ WERNECK, Lacerda. Um pouco de história. In: ELFES, Albert. *Suábios no Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1971. p. XXXVI-XXXIX.



FOTO 1: Chegada no porto de Santos (Museu Histórico de Entre Rios, 1951)

Na época, a comissão recebeu algo em torno de nove milhões de francos suíços da entidade *SwissAid* para a compra de 22 mil hectares, sendo aproximadamente 10 mil hectares de campo e 12 mil hectares de floresta de araucárias e imbuías. Além disso, foram disponibilizados 6,5 milhões de francos suíços para o estabelecimento da colônia e mais 800 mil para o transporte marítimo dos imigrantes, somam-se a estas cifras outros recursos advindos de organizações estrangeiras. Estes auxílios foram cedidos sem exigência de retribuição, o que mais tarde passou a fazer parte do capital da cooperativa. Além destes recursos houve ainda a aquisição de caminhões, um gerador de energia movido a vapor e outras máquinas. Tratores de esteira e implementos agrícolas foram emprestados pelo governo do Estado⁸⁸.

A área dos 22 mil hectares foi dividida em cinco colônias que continuaram com os nomes das antigas fazendas: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia. Segundo Gora, os descendentes dos primeiros imigrantes formam hoje cerca de 430 famílias que juntas possuem aproximadamente 110 mil hectares de terra⁸⁹.

Os suábios vieram ao Paraná em busca de uma terra mais adequada ao cultivo de

⁸⁸ FRIEDRICH, Marli. *Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária*. Monografia apresentada no curso de Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO, 2005.

⁸⁹ GORA, Anton. Op. cit. p. 30.

trigo: uma terra relativamente plana, de solo profundo e com poucas pedras⁹⁰. Logo, prevaleceu a cidade de Guarapuava, pelos seguintes motivos apontados por Elfes:

- Clima favorável, mais parecido com o da Europa;
- As análises do solo demonstraram que o solo era ácido e pobre em matéria orgânica, porém relativamente rico em minerais nutritivos;
- Vantajosas ofertas para compra de um total de 22.000 hectares de terras de campo e floresta;
- Boa localização, devido a já existente ferrovia em Guarapuava;
- Boa vontade do Governo Estadual, bem como da administração municipal de Guarapuava⁹¹.

Por iniciativa do engenheiro agrônomo Michael Moor, reuniu-se nos campos de refugiados um grupo de 500 famílias, mais de 2.400 pessoas. Para a seleção destas 500 famílias foram adotados os seguintes critérios:

- Consideravam-se, em primeiro lugar, camponeses e artesãos;
- Dava-se preferência às famílias numerosas;
- Não se aceitavam candidatos envolvidos em delitos políticos ou de guerra;
- A homogeneidade do grupo limitava-se, portanto, à sua procedência comum (pertenciam todos ao grupo alemão dos suábios do Danúbio) e ao seu status de refugiados e expulsos⁹².

O primeiro contingente de pessoas, ao todo 222 pessoas, partiu de Genova em 22 de maio de 1951 e chegou à Santos no dia seis de junho de 1951. O sétimo e último contingente chegou em Entre Rios em três de março de 1952⁹³. Composto por agricultores, artesãos, operários e motoristas, o grupo de imigrantes ficou alojado por seis semanas na Escola Aplicação (hoje Colégio Visconde de Guarapuava), em Guarapuava, enquanto eram erguidos os abrigos no distrito⁹⁴.

⁹⁰ Ibidem. p. 41.

⁹¹ ELFES, Albert. Op. cit. p. 45.

⁹² ELFES, Albert. Op. cit. p. 47.

⁹³ STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 64.

⁹⁴ GORA, Anton. Op. cit. p. 70.



FOTO 2: Chegada dos imigrantes na estação de Góes Artigas – PR (Museu Histórico de Entre Rios, 1951)

Heinrich Fischer, secretário geral da *Swiss AID*, proferiu em seu discurso na ocasião dos vinte anos da colônia de Entre Rios quais eram os principais objetivos da “Ajuda Suíça” ao auxiliar o assentamento de mais de 2.300 pessoas em Guarapuava:

Possibilitar aos Suábios do Danúbio, refugiados e vítimas da história, a edificação de uma nova vida em liberdade; aliviar um pouquinho o peso que constitui o grande número de fugitivos para a pequena Áustria, que também tinha sofrido, em demasia, pela guerra; ajudar ao Brasil, um dos grandes países sul-americanos, a aproveitar melhor suas vastas áreas inabitadas⁹⁵.

O distrito de Entre Rios situa-se entre os rios Jordão e Pinhão, advindo daí sua denominação, e a aproximadamente 1.160 metros de altitude. Distante cerca de 30 quilômetros ao sul do município de Guarapuava que conta, hoje, com cerca de 170 mil habitantes. Devido à altitude, o clima na região é temperado e oscila entre 12,9°C e 26,6°C. Semelhante a grandes extensões do sul do Brasil, a região de Entre Rios se caracteriza pelas estepes de vegetação baixa, chamados “campos limpos”, utilizados antes da chegada dos imigrantes para a criação extensiva de gado. Junto aos rios, os campos são interrompidos por matas ciliares, onde prospera a araucária⁹⁶. O distrito de Entre Rios foi criado pela lei estadual nº. 4583, de 27 de junho de 1962 e anexado ao município de Guarapuava.

⁹⁵ FISCHER, Heinrich. SWISSAID. In: ELFES, Albert. Op. cit. p. XXVII.

⁹⁶ Prefeitura de Guarapuava. Disponível em <http://www.guarapuava.pr.gov.br>: acesso em 20 de novembro de 2013.

As condições climáticas e de como elas foram divulgadas, legitimam a escolha dessa área pela comissão anteriormente citada. Stein afirma que havia a comparação do clima de Guarapuava com o dos Bálcãs. Segundo o que consta no relatório feito pela comissão que acompanhou a escolha da região, a paisagem era de

[...] uma pequena cidade do interior, com prefeitura, delegacia de polícia, fórum, 6 modestos hotéis, igreja, médicos, dentistas, farmácia, um hospital novo, uma maternidade, oficinas de automóveis, grandes números de terrenos – quase todos à venda – cafês, cinemas; diversas escolas primárias – e escolas de nível médio, um ginásio, uma escola de comércio e um seminário. As casas, exceto os edifícios de destaque e umas poucas dúzias de belas moradias, são de madeira, construídas com só um andar, e muito modestas. Como é um centro de uma excelente zona agrícola, vive a cidade do comércio com agricultores e pecuaristas e acima de tudo das serrarias, atualmente a cidade conta com mais de 100, sendo uma parte delas muito modernas⁹⁷.

A descrição revela que a cidade, apesar de pequena, apresenta infraestrutura básica aos futuros moradores e que, além do clima propício à agricultura, havia a opção da extração de madeira, que era uma importante atividade econômica naquele período.

O processo de instalação exigiu a desapropriação das 22 fazendas da região. Para tanto, o governo declarou-as áreas de utilidade pública por meio do decreto nº. 1.229, de 18 de maio de 1951. Os argumentos presentes no decreto eram os seguintes:

- Considerando a necessidade de se incrementar o plantio do trigo em condições ecológicas e técnicas que possibilitem o seu desenvolvimento;
- Considerando a conveniência de se estimular a iniciativa privada através de uma campanha racional e também com medidas objetivas e práticas que a ela concorram;
- Considerando que as terras situadas na zona de Entre Rios, no município de Guarapuava são das mais favoráveis a essa cultura, não só pela sua qualidade, como também pela possibilidade que apresentam no sentido do uso dos modernos processos de triticultura, emprego de adubos e maquinário especializados;
- Considerando, finalmente, a crise de trigo que se debate, há longos anos, o país,

97 SCHWEIZER EUROPAHILFE. Bericht über die Siedlungs-Aktion Brasilien (Relatório sobre a Ação da Colônia no Brasil). In: STEIN, Marcos Nestor. *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)*. Guarapuava: Unicentro, 2011. p. 79-80.

com referência ao abastecimento do cereal⁹⁸.

Depois de muita conversa e negociações os fazendeiros acabaram vendendo suas propriedades.

No início do ano de 1951, quando o Secretário da Agricultura Lacerda Werneck estava pleiteando a vinda dos suábios do Danúbio para Guarapuava, reuniu-se com os fazendeiros da região de Entre Rios para convencê-los a conceder parte de suas terras aos alemães. A primeira reunião aconteceu na residência de Francelino Ferreira Caldas em frente ao antigo Cine Guará⁹⁹.

O governador Bento Munhoz ofereceu terras no Norte do Estado para a produção de café em troca da área de Entre Rios. O historiador Sebastião Meira Martins (1992) afirma que a desapropriação foi feita de forma conflituosa.

A princípio os fazendeiros se opuseram a aceitar o decreto governamental, pelo fato de que haviam recebido aquelas terras de seus antepassados e eram excelentes fazendas de criar, dotadas de bons campos de pastagens, pinheiros, imbuías e outras madeiras de lei, e ainda porque era o único meio de subsistência de suas famílias. [...] os fazendeiros após efetuarem a venda de suas terras, requereram ao governo do Estado a mediação das terras do norte de Estado e a documentação necessária para obterem o título das mesmas no prazo de 6 meses. Entretanto, passado o período estipulado no acordo entre as duas partes, os fazendeiros não haviam recebido resposta alguma do governo em quase um ano ficando estes sem poder desenvolver suas atividades agropastoris pelo fato de dependerem dessa legalização oficial¹⁰⁰.

A vinda dos imigrantes europeus para Guarapuava despertou uma preocupação relacionada especificamente a essa ocupação da terra. Questão esta discutida nos relatos de Antônio Lustosa de Oliveira em sessão da Assembleia dos Deputados no ano de 1951:

Sr. Presidente, em nossa estada em Guarapuava, naquele rincão da nossa querência, compartilhamos do desespero indescritível que dilacerava o coração de um grupo de fazendeiros, ameaçados de ver as suas ricas terras expropriadas pelo governo do Estado, de conformidade com o decreto nº 1229, de 18 de maio corrente, que declarou de utilidade pública a zona de Entre Rios, daquele município onde se encontram os melhores campos de pastagens nativas, com o propósito de localizar ali uma colônia de imigrantes europeus que se dirigem ao Paraná, sob as expensas da Cooperativa Agrária Ltda. com sede na cidade de Guarapuava. Qual a atitude que tiveram aqueles magníficos trabalhadores da prosperidade pastoril de Guarapuava? Mesmo diante do inopinado dessa medida governamental, que vinha ferir direitos incontestáveis, os proprietários das fazendas nem por isso se opuseram ao decreto

⁹⁸ *Diário Oficial do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná. Nº. 3. Ano XXXIX. 19 de maio de 1951. In: STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 61.

⁹⁹ OLIVEIRA, Antonio Lustosa de. Na tribuna parlamentar (1951-1953). Guarapuava, Gráfica Guiracá, 1954. p. 20. In: MARTINS, Sebastião Meira. *Pioneiros do vale do Entre Rios (1818 – 1951)*. Guarapuava, 1992.

¹⁰⁰ MARTINS, Sebastião Meira. *Pioneiros do vale de Entre Rios 1818 – 1951*. Esquema – Edições: Guarapuava, 1992. p. 72.

mencionado, ou aos seus objetivos, embora lhes assistisse o direito de impugná-lo. Preferiram atender, amistosamente, aos reclamos da iniciativa, que visava dar nosso impulso à economia local, e assim entraram em entendimento com a Cooperativa Agrária Ltda. e o governo do estado, para obter uma fórmula que conciliasse os interesses dos proprietários de fazendas e os objetivos da iniciativa governamental. E assim que concordaram em ceder as suas terras à Cooperativa Agrária numa demonstração de altiloqüente grandeza patriótica que bem exterioriza o desejo de progresso que os anima, quando está em jogo o bem coletivo da comunidade guarapuavana. Não quiseram os descendentes dos primeiros povoadores do oeste paranaense imitar o gesto desassombroso do audaz cacique Guairacá, quando enfrentando os invasores dos seus domínios, conclamava as suas aguerridas tribos, com o seu grito de guerra “Esta terra tem dono”. Preferiram os fazendeiros de Entre Rios abrir os braços e acolher os seus irmãos da velha e conturbada Europa cristã, ensejando-lhes em terras brasileiras, o direito de paz, de liberdade e de trabalho construtivo em benefício da prosperidade do Paraná e do Brasil. Sr. Presidente, diante desse episódio, dessa admirável atitude pelos fazendeiros guarapuavanos, não poderíamos permanecer em silêncio, usando essa tribuna para congratularmo-nos entusiasmamente, com aqueles bravos descendentes dos Siqueiras Côrtes, dos Lustosas, dos Martins, dos Ferreira Caldas, e dos Ribas, pela deliberação que tiveram, despojando-se de suas propriedades tradicionais, para nelas serem localizadas outros lutadores, que desejam produzir nos campos guairacaenses o miraculoso grão de trigo (...).¹⁰¹

Martins relata ainda que assim que os fazendeiros receberam a imposição de vender as terras, “aproximadamente 40 famílias de descendentes de escravos ficaram desabrigados, pois, viviam estas sob a proteção e amparo dos proprietários das fazendas, que cediam alguns alqueires de terra para aqueles cultivarem”¹⁰². O autor afirma ainda que os imigrantes foram hostilizados por parte de “uma sociedade de tradição corporativa, carregada de preconceitos sociais, que não passou pelos processos revolucionários que, em outros lugares, levaram à disseminação da igualdade, da contratualidade nas relações sociais e da cidadania”. Martins assinala que o processo de posse da terra não transcorreu de forma tranquila¹⁰³.

Coube então ao governo estadual fazer o loteamento das terras, a construção de estradas entre a cidade de Guarapuava e o distrito, o transporte dos colonos e seus pertences, desde o porto até a área a ser ocupada e o fornecimento de sementes e mudas, entre outras providencias práticas¹⁰⁴.

Iniciaram então a construção das cinco vilas divididas em lotes, cujo tamanho era de ½ hectare, espaço reservado para a construção de uma casa e também para a formação de hortas e pomares¹⁰⁵. A princípio, o trabalho foi realizado coletivamente sob a coordenação

¹⁰¹ OLIVEIRA, Antonio Lustosa de. In: MARTINS, Sebastião Meira. Op. cit. p. 20.

¹⁰² MARTINS, Sebastião Meira. Op. cit. p. 72.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 59.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 64.

da Cooperativa Agrária, tanto na construção das casas e estradas quanto nos campos e lavouras. A Cooperativa Agrária foi fundada no dia cinco de maio de 1951, no Hotel Central em Guarapuava, para que houvesse um órgão que pudesse assumir a responsabilidade jurídica pelo projeto de colonização¹⁰⁶.



FOTO 3: Colônia Vitória (Museu Histórico de Entre Rios), s/d

Segundo Elfes, o período foi muito relevante para o desenvolvimento econômico da região de Guarapuava e do Paraná, porque naquela época investia-se muito na colonização de estrangeiros e o povoamento da região de Entre Rios apenas efetivou-se depois de várias tentativas de colonizações. Conforme o autor, “Entre Rios, em Guarapuava, pelo número de componentes do grupo, foi o núcleo mais importante e de repercussão decisiva para o futuro de uma grande região do Paraná”¹⁰⁷.

Os 22 mil hectares de terras foram, nos primeiros anos, cultivados de forma comunitária e mais tarde distribuídos através de sorteio. Cada família recebeu de 25 a 30 hectares e, de acordo com Elfes:

O sistema de sorteio dos lotes fazia com que o camponês individual não tivesse qualquer possibilidade de influir na escolha de suas terras agrícolas ou pastoris, já que sua posse dependia exclusivamente da boa ou má sorte. Dessa forma podia acontecer que, por exemplo, um apaixonado criador de gado recebesse terras próprias para a agricultura ou, vice e versa, um agricultor tradicional ganhasse lotes de bons pastos para a criação¹⁰⁸.

Stein também menciona o sistema de sorteio como um dos principais focos de tensões entre o grupo. De acordo com o autor, alguns ficaram com áreas melhores em termos

¹⁰⁶ AGRÁRIA, Cooperativa. Institucional. Disponível em <http://www.agraria.com.br>: acesso em 09/07/2013.

¹⁰⁷ ELFES, Albert. Op. cit. p. 26.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 51

de topografia, fertilidade do solo, acesso à água e facilidade de deslocamento.

Segundo Elfes, por casal foram oferecidos 0,5 (padrão de referência) hectare de terra, para moradia, construções de serviço, jardim e horta; 1,0 hectare ao redor da colônia para pastos; 15,0 hectares de campos para cultivo agrário e 4,0 hectares de pinheirais. Para o filho varão acima de 12 anos foram destinados 8,0 hectares de solos de campos e para as meninas acima de 12 anos, 4,0 hectares de solos de campos. Para o pagamento dessas terras lhes foi permitido crédito de 15 anos o que, devido a crescente inflação, possibilitou a facilitação desse financiamento¹⁰⁹.



FOTO 4: Arquivo pessoal J. Gutfreund, s/d

Como a colonização foi programada para o cultivo de trigo, a Agrária recebeu, especialmente do governo alemão, caminhões, tratores e modernas máquinas agrícolas que foram colocados a serviço de todos os cooperados. Todo o trabalho realizado, desde a construção das casas e estradas, era coordenado pela Cooperativa Agrária¹¹⁰.

Em 1953, foram fundadas uma serraria, com máquina de serra-fita e produção diária

¹⁰⁹ Ibidem. p. 50.

¹¹⁰ STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 65.

de 80 metros cúbicos de matéria-prima, e uma marcenaria que tinha capacidade para empregar até 35 trabalhadores. Essas indústrias forneceram inicialmente toda a madeira necessária para a construção das casas, assim como da fabricação dos móveis dos colonos. A produção foi aumentando e começaram as vendas externas, os lucros obtidos eram investidos em melhorias na própria colônia e para superar as dificuldades financeiras da cooperativa¹¹¹.

Durante os primeiros anos a colônia sofreu algumas crises, estas financeiras, de confiança e de dificuldades técnicas. A primeira crise ocorreu já no ano de 1952 quando os recursos da “Ajuda Suíça à Europa” mostraram-se insuficientes devido as despesas não previstas e à desvalorização do cruzeiro. O Banco do Brasil então, se dispôs a financiar o desenvolvimento da colônia com a condição de que o capital suíço fosse doado em troca da dívida. A condição foi aceita e a “Ajuda Suíça à Europa” afastou-se de Entre Rios¹¹². Mais tarde, e com frequência, aconteceram as más colheitas que também prejudicaram a vida próspera da comunidade.

Apenas um grupo de agricultores mais empreendedores conseguiu melhorar de condição através do arrendamento de terras para o cultivo de arroz. Entretanto, quando voltaram a plantar trigo houve frustrações nas safras, pois não sabiam que as terras de campo nativo somente após dois ou três anos do término do cultivo de arroz, tendo em vista a existência de um composto alumínio nocivo, estariam recuperadas para o cultivo de trigo, aliado ao fato da ocorrência de geadas tardias e inesperadas¹¹³.

Devido a estes fatores, os colonos, mesmo possuindo créditos de financiamento das lavouras, não conseguiram mais manter seu ritmo de produção agrícola. Todas essas dificuldades ultrapassaram a capacidade da cooperativa, por isso, ela se viu diante de dificuldade de crédito junto aos bancos e, portanto, de mãos atadas para ajudar os cooperados¹¹⁴.

Tais problemas foram de tamanha complexidade, que levaram à evasão de 50% das famílias na década de 1960. Muito acabaram retornando para a Europa ou procuraram outras chances nas cidades brasileiras em processo de industrialização e absorção de mão de obra. De acordo com a historiadora Johana Michelz,¹¹⁵ muitas famílias enviaram alguns de seus

111 ELFES, Albert. Op. cit. p. 53.

112 Ibidem. p. 54.

113 SCHNEIDERS, Inácio. *Os Suábios do Danúbio*. Artigo. Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, s/d. p. 92.

114 Ibidem. p. 92.

115 MICHELZ, Johana Elizabeth. *Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985*. Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989. p. 19.

membros (principalmente femininos) para trabalharem em São Paulo e o salário obtido era remetido para a família da colônia, que investia na compra de animais, tratores, novas terras, etc.¹¹⁶.

Esta reemigração causou preocupação entre os representantes brasileiros e alemães, principalmente, por se desconhecer os reais motivos. Algumas das causas apontam para o parcelamento excessivo no financiamento já que devido à baixa rentabilidade dos empreendimentos ficava difícil cogitar uma expansão ou maior mecanização. Outro motivo eram as condições e as possibilidades insatisfatórias de ensino, com isso muitos pais, preocupados com o futuro dos filhos, preferiram retornar à Alemanha¹¹⁷.

Aliando-se a estes fatores, correspondências vindas da Alemanha, dos que já haviam regressado, também induziram muitos a venderem suas propriedades e retornarem almejando uma posição de operário na indústria ou no ramo das construções. Estas cartas traziam informações do reerguimento econômico do país e assim um reemigrante convencia os que ainda estavam em terras brasileiras. Este movimento populacional influiu diretamente na redistribuição das propriedades entre os imigrantes, já que os que regressavam vendiam seus lotes aos remanescentes ou à cooperativa que transferia aos outros candidatos¹¹⁸.

Enfraquecida, a Cooperativa decidiu substituir os principais produtos, trigo e arroz por soja, que estava ganhando maior projeção no mercado, auxiliando assim a retomada do desenvolvimento econômico da região. Tendo em vista os novos ventos e a aposta na nova cultura, a Cooperativa necessitava fortalecer-se. Iniciando tal fase, foi eleita, em 1966, uma nova diretoria, presidida por Mathias Leh. Essa nova diretoria aplicou em Entre Rios uma Reforma Agrária Interna (nomeada assim pelos dirigentes), cujo objetivo era dar sustentação econômica e social à comunidade. Leh foi ganhando prestígio entre as autoridades e representantes de cargos públicos, o que culminou até mesmo com a visita do presidente da República Ernesto Geisel, e recebeu do governo alemão doações de escórias-de-Thomas (ferro rico em fósforo), fosfatado para fertilizar o solo ácido e empobrecido de nutrientes como fósforo, potássio, ferro, magnésio e cálcio¹¹⁹.

¹¹⁶De acordo com Elfes, foram 32 famílias de agricultores e 28 de “não agrícolas” que reemigraram neste período. ELFES, Albert. Op. cit. p. 58. Stein acrescenta que tais dificuldades também resultaram na saída de Moor da colônia. O cargo de presidente da Cooperativa foi ocupado então por René Bertholet, representante da “Ajuda Suíça à Europa” no Rio de Janeiro. STEIN, Marcos Nestor. Op. cit. p. 65.

¹¹⁷Ibidem. p. 58-59.

¹¹⁸Ibidem. p. 60-61.

¹¹⁹GORA, Anton. Op. cit. p. 44-45. As análises dos solos foram realizadas em 1953 pela empresa PLANAGRO (Instituto de Pesquisas e Planejamento Agrícola e Industrial). Mesmo assim, os imigrantes levaram alguns anos

Então, o Conselho de Administração da Agrária convenceu seus cooperados a comprarem dela estes fertilizantes com um acréscimo de 10% sobre o preço. O superávit obtido possibilitou a aquisição de 2.000 hectares de terras, área esta que seria destinada para a Reforma Agrária Interna¹²⁰. Este sistema consistia em comprar grandes áreas de terra e dividi-las em lotes menores que eram revendidos aos cooperados. Nos anos seguintes a cooperativa continuou financiando projetos dessa natureza, adquirindo mais 14.000 hectares para serem arrendados e, até comprados pelos seus associados. Com essa receita, a cooperativa conseguiu também construir um colégio e um hospital¹²¹.

Contudo, apesar de todos os esforços, frequentemente faltavam adubos e implementos importantes e as máquinas trazidas da Alemanha, através do Acordo Básico de Cooperação Técnica (assinada pela República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha em 30/11/1963)¹²², mostravam-se igualmente deficientes no trabalho com as matérias primas locais. Além disso, os agricultores também não estavam acostumados com adubação química, pois na Europa, em sua maioria, eles enriqueciam os solos com fertilizantes naturais¹²³.

para aprender a usar os métodos corretos e adequados para a região, isso porque não houve uma dedução precisa da necessidade do solo. ELFES, Albert. Op. cit. p. 58-59.

¹²⁰ A reforma agrária interna aplicada em Entre Rios foi financiada pelo Banco do Brasil e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). GORA, Anton. Op. cit. p. 51.

¹²¹ Ibidem. p. 45-46.

¹²² O fornecimento de adubos, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas e equipamentos para Entre Rios, pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, aconteceu durante os anos de 1968-70. SCHNEIDERS, Inácio. *Os Suábios do Danúbio*. Artigo. Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, Guarapuava, s/d.

¹²³ ELFES, Albert. Op. cit. p. 56.



FOTO 5: Arquivo pessoal J. Gutfreund, s/d

Lentamente, com o passar do tempo, os colonos foram se familiarizando com o solo e se recuperando da crise. Neste momento, surgiu em Entre Rios uma classe de produtores médios que aumentava suas áreas de plantio com novos arrendamentos¹²⁴. Demorou dez anos para que estas dificuldades iniciais fossem efetivamente solucionadas¹²⁵.

¹²⁴ GORA, Anton. Op. cit. p. 53.

¹²⁵ ELFES, Albert. Op. cit. p. 56.

CAPÍTULO 3

A MECANIZAÇÃO DA COLÔNIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PAISAGENS: UMA LEITURA DE HISTÓRIA AMBIENTAL



FOTO 6: Monumento Praça Central da Colônia Vitória em Entre Rios - fotografado por Monique Gärtner

No centro da principal praça da Colônia Vitória, encontra-se um monumento em granito negro, talhado para que sua ornamentação não se perca com as intempéries climáticas, e a mensagem contida jamais seja esquecida: “Conquistado – não pela espada, mas com o arado. Filhos da paz, heróis do trabalho”.

Tal inscrição reflete a busca por uma vida melhor à que possuíam quando estavam na Europa, através da única força que detinham à época, o trabalho simples, sepultando definitivamente memórias beligerantes às quais estavam inseridos, tornando-se “filhos da paz”. Pela força de seu esforço braçal transformaram o solo hostil em terra boa para o arado, por vezes, sacrificando-se em busca da vitória pessoal compensada pela idealização de seu sucesso e dos seus próximos, o que os tornou “heróis do trabalho”.

Resta claro que esta afirmação está inserida num contexto, onde os imigrantes estão procurando reafirmar a sua identidade, e reafirmá-la a partir da instrumentação, da mecanização da terra, ou, como o próprio monumento diz, “pelo arado”.



FOTO 7: As mulheres também ajudavam nos campos, na serraria e na construção (Museu Histórico de Entre Rios, 1952)

3.1 OS NÍVEIS “NATURAIS” DA HISTÓRIA

No capítulo anterior, pôde-se verificar como importantes interferências políticas subsidiaram a vinda e a distribuição das terras aos imigrantes Suábios do Danúbio na região de Guarapuava. Outro ponto a destacar foi a capitalização da Cooperativa e de seus associados em consequência dos efeitos positivos da reforma fundiária, da aplicação de novas técnicas de produção e da adoção do cultivo de novas culturas. Tanto o fortalecimento do cooperado quanto sua capacitação técnica permitiram o início de um processo de diversificação produtiva.

Talvez, os meios próprios tivessem sido insuficientes para a concretização das reformas e melhorias preconizadas pela Cooperativa. Entretanto, com o auxílio do governo alemão e o apoio do governo brasileiro, obteve-se resultados significativos, que tornaria Entre Rios o produtor de soja de maior relevância da região alguns anos mais tarde.

Não há nada mais eficiente, de início, do que pensar a História a partir de níveis¹²⁶. O primeiro nível é o nível “natural” da História, o que compreende a leitura de processos químicos, do clima de determinada época e região, da biologia, da botânica, enfim, dos aportes que podem ser utilizados pela História, de um ponto de vista interdisciplinar, que são oriundos das ciências naturais e da terra. Em certa medida, significa compreender uma história natural a partir das dimensões objetivas que a natureza, ou melhor, a dimensão não humana do coletivo, dá a entender e a ser pesquisado.

Trata-se de uma dimensão preponderante, na medida em que é possível utilizar dados muito bem interpretados que estão fora da intervenção humana, mas que acabam sendo apropriados e renegociados na elaboração cultural das relações entre humanos e não humanos. Exemplo básico desse ponto é a relação entre ciência climatológica, o fenômeno El Niño, os dados empíricos e as proposições teóricas elaboradas a partir de sua observação histórica, e as apropriações culturais do fenômeno em diversas regiões.

O segundo nível é o socioeconômico, que tem muita relação com o domínio da cultura material, da confecção de instrumentos de trabalho, das práticas de domesticação da paisagem, da produção, reprodução e circulação de bens, e dos desdobramentos que as escolhas em termos materiais têm para a relação entre humanos e não humanos. Na tradição francesa de Fernand Braudel, esse nível de saber muitas vezes está voltado às sucessivas elaborações de temporalidade, de territorialidade, impelindo a leitura histórica para o campo econômico, em histórias de longa duração.

Nesse ponto, é importante considerar o papel de inúmeros repositórios de pesquisa, tais como museus, casas de antiguidade, exposições, elementos esses que tornam-se peça importante na constituição da leitura. Aqui podemos unir histórias sociais, culturais, econômicas e ambientais num sem-número de questões sobre quem, como, quando e porquê de plantações, de projetos econômicos, de discursos públicos sobre o desenvolvimento, sobre quem é e quem não é beneficiário desses processos. O que nos possibilita formular algumas questões: A produção de cevada beneficia quem, na região? O que tem a ver a floresta de araucária com a identidade local? Como são repartidos os benefícios ecológicos e sociais da economia local em termos de melhoria das condições urbanas e rurais?

O terceiro nível de análise diz respeito às percepções sociais sobre as relações entre sociedade e natureza, o que significa que devemos estar atentos a conjuntos de leis, de mitos,

¹²⁶ WORSTER, D. *Dust bowl: the Southern plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 1979.

de crenças, de símbolos, de linguagens, que são elaborados historicamente para promover ou manter dessas referidas relações sociedade-ambiente. Donald Worster refere-se muito ao conceito de “ideia como agente ecológico”, para discutir esse nível de leitura da História Ambiental, na medida em que, para ele, as ideias são motores de mudança.

Aí, podem-se discutir questões de identidade e de práticas locais e regionais. Por que a araucária foi escolhida como símbolo do Paraná, se uma das maiores áreas dessa planta ocorriam no Estado de Santa Catarina, no início do século XX? Quais são as ligações possíveis entre símbolo de identidade, economia regional e desenvolvimento econômico? Como pensar o conjunto de leis de proteção da natureza, e sobre qual natureza pode ser preservada ou não? Por que a araucária tem de ser preservada no lugar de outras essências florestais? Como podemos pensar a degradação ambiental de faxinais frente à legislação paranaense que construiu, idealmente, um faxinal como espaço juridicamente especial, argumentando que ele é uma prática de uso da terra que é mais sustentável que uma grande propriedade de monocultura? Até que ponto uma *plantation* degrada mais o ambiente do que uma pequena propriedade? Homens e mulheres pensam da mesma forma os problemas ambientais? Brancos e negros, ricos e pobres, descendentes de italianos e descendentes de ucranianos pensam da mesma forma a relação com o espaço, a ligação entre cidade e campo? Kaingáng e Guarani tem a mesma relação com a floresta? Com qual floresta eles se relacionam?

Essa taxonomia não é isenta de críticas. Carolyn Merchant¹²⁷ considera que os três níveis são insuficientes para a elaboração de uma perspectiva de História Ambiental, uma vez que eles reproduzem a leitura de uma história econômica que raciocina produção de bens e de conhecimento (níveis 1 e 3), e circulação (nível 2), mas não se preocupa em termos teórico-metodológicos com a ideia de reprodução das relações entre sociedade e ambiente.

Nesse sentido, Merchant propõe a incorporação da categoria de gênero na História Ambiental, para pensar a reprodução tanto biológica como de estruturas de diferenciação muitas vezes binárias que, por vezes, permanecem, ou nascem, reelaboram-se continuamente¹²⁸. Nesse sentido, muitos trabalhos passaram a levar em conta diferentes tradições ecofeministas, dentro da História Ambiental.

A partir desses primeiros trabalhos, e, principalmente, pela difusão cada vez mais

¹²⁷ MERCHANT, C. *The Columbia guide to American environmental history*. New York: Columbia University Press, 2002.

¹²⁸ Ibidem.

rápida do próprio termo “História Ambiental”, as discussões em torno do campo adquiriram feições e adentraram lugares mais criativos.

Já nos anos 1970, muitos ecólogos depararam-se, em seus respectivos campos das ciências naturais, com a “desordem” prevalecendo sobre a “ordem” das coisas no mundo natural. Isso ocorreu com uma ênfase, na medida em que as próprias ciências naturais abriam o leque explicativo, opondo gerações de cientistas e suas respectivas opiniões. Logo, pensar uma natureza intocada e depois, um homem a modificá-la, na mais clássica das tradições antropocêntricas, a partir do final da década de 1970 tornou-se um problema de posicionamento científico tradicional ou unidimensional, em meio ao conhecimento complexo.

Outros trabalhos começaram a discutir a distinção entre sociedade e natureza como algo pertencente ao mundo moderno, à estruturação do sistema capitalista, da burguesia e das cidades. Essa distinção teria corroborado no domínio humano sobre o mundo natural, na medida em que a riqueza tornou-se a mola mestra da leitura da sociedade, bem como a economia tornou-se peça chave para pensar a própria sociedade.

Essa interpretação é inerente aos grandes sistemas macroexplicativos da sociedade, tais como o positivismo, o marxismo e algumas correntes do liberalismo, na medida em que, qualquer um dos três, tende a interpretar o passado a partir de determinadas idealizações, tais como a de uma menor intervenção humana devido à localização de grupos em meio a ambientes técnicos mais atrasados do que os da modernidade. O caso da perspectiva marxiana é relevante, já que a modernidade trouxe à tona a possibilidade de uma efetiva subordinação da natureza à “segunda natureza” dominada pelos humanos¹²⁹. Na outra extremidade, pensadores liberais como Max Weber também concentraram-se nessa sobreposição humana sobre o mundo natural a partir da racionalização e desencantamento do mundo.

Há autores e autoras que acreditam que a distinção entre natureza e sociedade sempre existiu, e que ela varia no tempo e no espaço, já que as sociedades, ao longo de sua história, “abraçam natureza de maneiras distintas”, o que, também, significa afirmar que a natureza “não se nomeia”¹³⁰. O historiador Simon Schama (1996) é um dos principais representantes dessa visão de história e de interpretação das relações de humanos com o mundo natural, e contribuiu em muito para a leitura relativista dos conceitos de natureza e da relação que ela

¹²⁹ BUELL, L. *Writing for an endangered world: literature, and environment in U.S.* Boston: Harvard University Press, 2002.

¹³⁰ SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

desempenha, especialmente, com a memória e com as apropriações que a história faz da memória sobre essas relações, no tempo.

Contudo, a principal crítica feita ao trabalho de Schama é que ele acaba propondo uma visão de natureza eminentemente europeia para um mundo atual não europeu. Outro autor que segue nessa linha é David Arnold, que afirma que, desde que o primeiro homem sedentarizou-se, começaram os processos diferenciados de apropriação dos recursos naturais¹³¹.

Bruno Latour, em obras como *A esperança de Pandora* (2001) e *Políticas da natureza* (2006)¹³², traz uma postura diferente para a história ambiental. Para ele, como a realidade é bizarra e permeada por uma multiplicidade de agentes que é difícil de ser determinada com segurança e precisão, a explicação das relações que se dão no mundo não carece de ser separada em dois grupos, humanos de um lado, e mundo natural de outro, já que animais, plantas, doenças, clima, homens, mulheres e rochas pertencem ao mesmo coletivo, embora em câmaras distintas que articulam limites, posições e proposições para o todo.

Nesse sentido, a artificialidade da distinção sociedade-natureza seria uma falácia fadada a apenas deturpar as possibilidades de interpretação das relações existentes entre os dois grupos no mesmo coletivo. É óbvio que a interpretação parte dos humanos, o que representa um dos principais argumentos daqueles que defendem que não existe natureza a não ser pelo processo de mediação mental humana, pelas percepções que são captadas do entorno por meio dos sentidos e pela sua prisão obrigatória aos instrumentos de retórica, também apenas humanos.

Contudo, se pensarmos, como propõe outro sociólogo, Henri Acselrad (2004), que, no coletivo, humanos estendem o tecido social para os não humanos com o objetivo de que esses últimos travem, também, relações humanas, aí poderemos ter uma abordagem interessante para pensar o coletivo, não apenas na relação observador-objeto observado, mas em termos de mútua construção¹³³.

No Brasil, a História Ambiental é recente, porém tem apresentado pesquisas interessantes, sendo que o sul do Brasil, especialmente Santa Catarina e Paraná, são os principais centros produtores. Sobre a produção elaborada no Brasil, José Augusto Drummond promoveu uma conferência importantíssima, que apresentou a síntese de um pensamento de história ambiental no Brasil, ainda em 2008, durante o Simpósio da Sociedade

¹³¹ ARNOLD, David. *La naturaleza como problema historico*. Mexico: FCE, 2000.

¹³² LATOUR, B. 2004. *Políticas da natureza*. Bauru, Edusc.

¹³³ Ibidem.

Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental, realizado, naquela edição, em Belo Horizonte¹³⁴. Os grupos de pesquisa apresentam certas unidades de forma simples e direta, pelo menos em algumas de suas produções, tratando das relações recíprocas entre humanos e ambiente natural.

Pelo menos nessas duas dimensões, a situação da história ambiental é peculiar no Brasil, e é possível afirmar, hoje, que a disciplina e sua produção estão sendo praticadas por um número crescente de pesquisadores, que tem dado origem a uma notável quantidade de textos novos e de boa qualidade¹³⁵.

Com relação às questões centrais que podem ser elencadas na atualidade, ao se pensar a História Ambiental, pontua-se:

1. Uso de recursos e conservação: como as sociedades através da história reagem à diminuição de recursos vitais? Como essas mudanças são percebidas? Quais as regras, práticas e discursos desenvolvidos para dialogar com essas mudanças, ou para ignorá-las? No caso da região de Guarapuava, na área de História, estão em aberto as pesquisas que tratam da relação entre populações indígenas e as florestas desde o período colonial até o presente. Essa mesma realidade cabe para outras populações tradicionais da região, como remanescentes de quilombos. Com relação a movimentos sociais, as pesquisas históricas sobre eles também não remetem à discussão dos aspectos ambientais de acampamentos ou assentamentos.

Contudo, em Guarapuava existem vários documentos sobre discursos ambientais, tais como o do progresso. São documentos como informes publicitários, folderes, discursos políticos públicos, que nos falam de uma história de sucesso econômico representado por empreendimentos como os da colônia Entre Rios, sobre a receita gerada por uma fábrica de papel que gera muitos empregos na cidade, ou sobre uma agricultura extensiva que cerca a cidade com cores que variam do amarelo-ouro ao verde. Em Irati, desenvolvem-se alguns trabalhos com relação aos faxinais e ao seu uso peculiar da terra. Contudo, não há pesquisas, na área de História, sobre a relação entre faxinalenses e seus recursos naturais, a partir de uma perspectiva de história ambiental.

¹³⁴ DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, v. 4, n. 8, p. 184-198, 1991.

¹³⁵ *Ibidem*.

2. Desastres naturais e cultura de risco: percepções culturais sobre o risco, sobre fatores sociais e ecológicos. Há todo um universo a ser explorado quando a temática é o risco ambiental, na região de Guarapuava. Não foram trabalhados em História, adequadamente, os temas da coleta de lixo na região, nem dos aterros, nem da relação da cidade com a sanitização de riachos urbanos. Da mesma forma, não foi problematizado, ainda, o uso de agrotóxicos na agricultura regional, incluindo a fumicultura, a produção hortifrutigrangeira ou as monoculturas regionais.
3. Imperialismo ecológico: regimes coloniais deixaram não apenas as sociedades coloniais em escassez, mas com problemas ambientais. O espectro do impacto colonial foi gigantesco. Apesar de o imperialismo ecológico compreender preocupações comparativas extranacionais, podemos ligá-lo a construções de identidades regionais e locais. Termos como “paisagem europeia” ou “europeização” da paisagem regional são muito comuns e perturbantes na região sul do Brasil, e em Guarapuava. Quando se planta trigo ou cevada, planta-se, também, uma identidade, uma relação específica com o relevo, com a hidrografia, com as populações nativas, num dado local.
4. Transformação das paisagens: história agrária revela que tanto a aclimação humana às mudanças ecológicas e a sofisticados sistemas de cultivo como os próprios regimes agrários nos quais elas são adaptadas geram consequências sociais, econômicas e culturais, localizadas. Como essas tecnologias têm afetado o desenvolvimento, num mundo globalizado? Esse tema também se liga ao mundo regional, no sentido de construção de paisagens agrícolas locais, que, historicamente, são qualificadas como melhores, em detrimento de outras.
5. Ética ambiental: cada grupo desenvolve suas próprias concepções e usos da natureza. O problema reside em não tecer julgamentos de valor sobre eles, mas estudá-los historicamente, dentro de seus próprios espaços de constituição. Quem pode dizer que uma agricultura conhecida como “roça de toco”, Kaingang, é pior ou melhor do que uma plantação de cevada ou de soja, em regime de uso intensivo da terra? Cada grupo social abraça o ambiente de maneira diferente, e não há, na história da humanidade, um grupo que tenha vivido em completa “harmonia” com o mundo natural.
Daí derivam outras questões, que podem ser discutidas no cotidiano escolar, que

atingem, inclusive a prática de alimentação. Cristãos consideram peixe saudável; algumas sociedades Kaingang consideram o peixe um animal repulsivo. Os Guarani-Mbya convivem de uma maneira menos agressiva do que os Kaingang, quando pensamos na sua relação com a floresta. O movimento intelectual e política paranista, de final do século 19 e início do século 20, queriam preservar a araucária a qualquer custo, sendo que jamais se preocuparam com a preservação de outras plantas, como a imbuia ou a bracatinga.

6. Conhecimento e sociedades do conhecimento: a emergência do conhecimento sobre natureza, as implicações ecológicas da pesquisa científica acerca da própria temática ambiental, o debate sobre a comodificação da natureza. O Darwinismo talvez tenha sido o primeiro conjunto de perspectivas a buscar dar uma dimensão social para as pesquisas de laboratório. Indica-se esse tema, porque, no mundo escolar, a história da ciência pode contribuir, em muito, para a discussão de questões ambientais.

3.2. POR UMA LEITURA FUNDIÁRIA E DA TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS EM ENTRE RIOS

Após a evasão de suábios e a reforma agrária, não se produzia mais arroz e passou-se a cultivar trigo e soja que se mostravam culturas mais estáveis, mas em contrapartida, provocavam mais degradação do solo. Mathias Leh então foi atrás de soluções na Alemanha e nos Estados Unidos. Da Alemanha veio a ideia do cultivo da cevada e dos EUA, da aveia. O governo nacional também apontou como alternativa a produção de milho¹³⁶.

Para consolidar e garantir o sucesso destas culturas fez-se um convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com entidades alemãs visando o manejo correto do plantio, entre outras coisas. Nasceu aí o plantio direto para combater a erosão do solo e, conseqüentemente, aumentar a produção. Foi nesse momento que surgiu um problema: o mercado não conseguia absorver esta produção e se começou a pensar em industrialização. Houve neste período a ampliação do moinho de trigo e da maltaria, da fábrica de rações e da indústria de óleo de soja¹³⁷.

Quando chegaram, os suábios do Danúbio encontraram duas atividades econômicas

136 GORA, Anton. Op. cit. p. 53.

137 Ibidem.

principais: a criação de gado bovino e a indústria de madeira extrativista. Havia na região 200 serrarias, tendo como principais produtos o pinheiro (araucária) e imbuia que eram também exportados. Normalmente, a criação de gado era complementada com a extração da madeira, já que em todas as fazendas havia campos e matas. Segundo Gora, o Governo do Estado tinha consciência ecológica e destinou as áreas de campo para a agricultura para não precisar derrubar as matas. “Na época já se produzia o que se chama de reserva legal, pois a intenção não era desmatar, mas extrair a lenha e plantar novas árvores”¹³⁸.

Todo trabalho era feito com tração animal, só alguns anos mais tarde, juntamente com a Reforma Agrária Interna, começou a mecanização com arados e tratores. A Cooperativa proporcionava ao cooperado maquinários, silos, comercialização dos produtos e aquisição de insumos. De acordo com Gora, a Agrária viveu três grandes ciclos: 1) o ciclo do desenvolvimento técnico e fundiário – a passagem do sistema de tração animal para a mecanização; 2) o ciclo industrial – ampliação do moinho, construção da maltaria, indústria de óleo e fábrica de rações; e 3) ciclo administrativo – marcado pela crise financeira pós Mathias Leh¹³⁹.

Alternando o plantio do trigo e da soja, passaram a ser realizadas duas colheitas por ano. A soja atingiu cotações no mercado e contribuiu para acelerar o desenvolvimento de Entre Rios. Muitas propriedades foram modernizadas com a aquisição de equipamentos mais avançados. Parte dos rendimentos obtidos pela comercialização das doações de fertilizantes feita pela República Federal da Alemanha, foi aplicado num fundo rotativo para socorrer os produtores atingidos pelas frustrações das safras de trigo de 1972 e 1973¹⁴⁰.

Com verbas alemãs, a Agrária ainda construiu casas populares para os empregados da Cooperativa, melhorando assim as condições habitacionais, principalmente às famílias que já residiam na colônia antes do início da colonização.

O “milagre do trigo” acabou em 1972 quando a soja alçou-se na cultura mais importante. Visando maior aproveitamento das propriedades, tentou-se diversificar principalmente as culturas de inverno. Destacou-se a cevada cervejeira, que desde 1981 é transformada em malte. Em escala maior, também o plantio de aveia tornou-se lucrativo. O milho destacou-se como cultura de verão e superou a soja em 1991, com uma colheita de 162

138 Ibidem. p. 70.

139 Ibidem. p. 72

140 Ibidem. p. 73

mil toneladas¹⁴¹.

Produções de cereais em 1991

Milho - 106 mil toneladas - 45.8%

Soja - 88 mil toneladas - 38%

Aveia - 17 mil toneladas - 7.3%

Cevada - 16 mil 500 toneladas - 7.1%

Trigo - 4 mil toneladas - 1.7%

Área total com culturas de inverno: 22 mil ha

Área total com culturas de verão: 64 mil ha¹⁴²

Em 1968 teve início, já de forma intensa, as atividades experimentais na agricultura. Em 1991, eram mais de 300 ha de campos experimentais à disposição dos agrônomos para testar novas espécies de sementes e realizar experimentos com defensivos químicos e biológicos. O objetivo era corrigir e aumentar a fertilidade do solo para maior produtividade, novas culturas e métodos mais aprimorados¹⁴³.

Nesta época, trabalhava-se em Entre Rios com o plantio convencional, o que provocava muita erosão. Para resolver este problema foi adotado o plantio direto que se mostrou um método revolucionário, pois por ele o solo é mantido intacto antes da semeadura que é feita diretamente sobre a palha do produto anterior. Tal método solucionou o problema de erosão e como resultado, houve colheitas melhores e redução do uso de fertilizantes e defensivos. Porém, nem todos os produtores aceitaram trabalhar com o sistema de plantio direto, devido ao investimento que precisava ser maior (era necessário importar maquinário adequado) e a solução foi o plantio em curvas de nível.

No verão de 1973, a soja começou a ser plantada, alternando com o trigo no inverno. Depois de colhido o trigo, queimava-se a palha para fazer a limpeza do solo, e passava-se a grade (o efeito era danoso para o solo, que ficava muito compactado). A erosão era o maior dos problemas causados pela prática do plantio convencional. A saída encontrada seriam as curvas de nível, mas os produtores resistiam ao sistema porque teriam que trabalhar dentro da curva e isso demandaria mais tempo, adubo, combustível e sementes. A polêmica foi resolvida de uma forma radical. Passou-se a obrigar os produtores a fazerem curvas de nível como condição *sine qua*

141 Ibidem.

142 Ibidem. Nesta época, a Agrária aumentou a capacidade armazenadora para superar o total de 315 mil toneladas estáticas, exigidas pela crescente produção.

143 Ibidem.

non para que os bancos financiassem as lavouras¹⁴⁴.

Entretanto, o sistema de curvas de nível se mostrou inadequado e o custo 20% maior do que o sistema convencional. Além do mais, quando chovia “a água concentrada no meio da curva transbordava, arrebatando tudo, levando o material”¹⁴⁵. Surgiram ainda alguns herbicidas pouco eficientes que resultaram efeitos negativos sobre as plantas. Com receio de passar por uma situação de dificuldades, já que se plantava trigo e soja e uma delas poderia, eventualmente, ter algum problema na hora da safra, os profissionais da cooperativa resolveram diversificar as culturas em Entre Rios. “Dentre as culturas que apresentavam resultados melhores estavam a cevada, a aveia e o milho”¹⁴⁶.

A cevada começou a ser a menina dos olhos com algumas vantagens em relação ao trigo: tem ciclo mais curto, pode ser colhido antes e se adaptou melhor à rotação com a soja. Diante disso, a cevada começou a ser produzida mais do que o mercado poderia consumir, foi aí que começou a construção de uma maltaria própria.

No ano de 1977 foi fundada a Agromalte S.A. em associação com a Companhia Antarctica Paulista e com o apoio do governo brasileiro. A produção iniciou em outubro de 1981 e desde 1986 a Agrária é a única proprietária da indústria. A Agromalte foi o empreendimento mais importante da cooperativa, produzindo cerca de 80 mil toneladas de malte por ano, que correspondia a 14% de todo consumo do Brasil. A indústria serviu de estímulo para que o plantio de cevada aumentasse. Em 2009, a Agromalte passou por um processo de expansão com objetivo de atender o mercado e manter a competitividade no segmento de malte. A ampliação possibilitou o aumento da capacidade de produção que passou de 140 mil toneladas/ano para 220 mil toneladas/ano.

A diretoria da Cooperativa Agrária, que assumiu em 1999 e permanece até hoje, teve grande mérito no crescimento da empresa, contudo perderam o foco de cooperativismo em Entre Rios, prejudicando o cooperado no aspecto humano, visando apenas o lucro.

Estabilizada a produção de grãos e pensando na diversificação da produção nas pequenas propriedades, vários outros projetos foram iniciados, dentre eles a produção de gado, a suinocultura e o cultivo de flores. Alguns entraram na onda e racionalizaram sua rentabilidade, mas a falha na elaboração dos projetos foi suficiente para desbancar os

144 Ibidem.

145 Ibidem.

146 Ibidem.

planos¹⁴⁷.

Pela necessidade de autossuficiência em energia, a Agrária iniciou um projeto de reflorestamento, uma vez que a lenha é a fonte de energia mais barata. “A cooperativa tinha terras ociosas inaproveitáveis para a agricultura. O projeto [...] ajudou a preservar a mata nativa, aumentando as reservas legais e protegendo as fontes de água. Essa ação fez com que a floresta plantada represente a maior fonte de energia da Agrária na atualidade”¹⁴⁸. O engenheiro agrônomo relata que todas as áreas não agricultáveis foram transformadas em florestas. “Deveriam ser manejadas para que o produtor pudesse ter madeira e lenha para sua propriedade, obedecendo ao princípio de que, para cada árvore derrubada, deve se plantar duas”¹⁴⁹. Além da preocupação em preservar as florestas nativas, havia a recomendação do uso de defensivos menos agressivos ao meio ambiente. Para isso, “foi dado incentivo aos cooperados para preservarem banhados, mananciais e florestas, configurando a primeira etapa de uma efetiva preservação ambiental”¹⁵⁰.

Entre 1950 e 1960, a equipe de agrônomos contratados através de um convênio Brasil/Alemanha de cooperação técnica para os Estados do Sul do Brasil, a Cooperativa Agrária experimentou outras culturas como arroz de sequeiro, batata, tremoço e uma variedade de trigo do Rio Grande do Sul. Gora afirma que houve algum sucesso, entretanto como não sabiam adubar e o rendimento era baixo, a produção de trigo não chegava a mil quilos por hectare. Nesta época também não havia infraestrutura satisfatória, ocorreu então um projeto de mecanização que trouxe da Alemanha 30 colheitadeiras entre outros implementos agrícolas¹⁵¹.

Para introduzir novas culturas faltava conhecimento e experiência, uma vez que a variedade de grãos teria que adaptar-se às condições naturais do Brasil. Chama a atenção nos relatos de Gora, uma determinada variedade de cevada trazida da antiga Iugoslávia por um dos imigrantes durante a imigração.

Observa-se que os produtores, em geral, eram mais resistentes em aceitar novidades, hoje, pelo contrário, não hesitam em adotar novos métodos a fim de gerar mais riqueza. No próximo subcapítulo, analisando o relatório intitulado *A colônia de Suábios no município de*

147 Ibidem.

148 Ibidem.

149 Ibidem.

150 Ibidem.

151 Ibidem.

*Guarapuava no Estado do Paraná*¹⁵², é possível verificar que foram as características geográficas do município de Guarapuava que possibilitaram o projeto de imigração.

3.3 A VEZ DAS INTERPRETAÇÕES PAISAGÍSTICAS, OU COMO ALGUNS ESCRITORES PENSARAM AS “CONDIÇÕES NATURAIS” DE GUARAPUAVA

Em 1952, foi encomendado ao suíço Walter Gossner pela direção da “Ajuda Suíça à Europa” um relatório que verificasse a situação da colônia e a adaptação dos colonos ao novo ambiente. Neste relatório de 63 páginas, Gossner descreve as “condições naturais” que teriam favorecido a escolha pela região de Guarapuava, as quais ele qualifica como “saudáveis para o europeu”. Nascido em 1904, estudou administração de empresas em Viena, Paris e Alemanha. Emigrou para Argentina na década de 1930 devido à crise econômica na Suíça e então começou a enviar ao governo suíço vários relatórios sobre colônias alemãs e suíças estabelecidas no Brasil. Durante cinco dias, Gossner permaneceu em Entre Rios coletando dados na Cooperativa Agrária e em conversas com alguns colonos¹⁵³.

O autor inicia falando sobre o convite que recebeu do secretário da comissão da “Ajuda Suíça à Europa”, Heinrich Fischer, para escrever um relatório a fim de verificar o andamento da instalação da colônia de Entre Rios. De forma sintetizada, fala sobre o Brasil, da localização na América do Sul e dos principais segmentos econômicos do país. O texto seguinte indica a localização geográfica do Paraná e as principais culturas produzidas no Estado, além disso, contextualiza o Paraná historicamente, abordando sua independência de São Paulo (hoje, há 161 anos) e destaca a produção de café no Norte. Dito isso, começa a descrever a região do município de Guarapuava, as condições geológicas, o clima, o regime de chuvas e o tipo de solo.

Gossner descreve Guarapuava como sendo uma área de grandes extensões de pastagens com latitude entre 25° e 26° e altitude de 1160m, o que não prejudicaria a saúde dos europeus, nem ameaçaria o andamento do trabalho, devido à semelhança com o território europeu¹⁵⁴. O segundo item apresenta a área de assentamento (*Siedlungsgebiet*) dos

¹⁵² GOSSNER, Walter. Agrária. *Die Siedlung der Donauschwaben in Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná – Bericht über die Ergebnisse de rim Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeführten Untersuchung*. Jundiaí. März, 1952. Mimeo. Tradução de Monique Gärtner.

¹⁵³ STEIN, Marcos Nestor. Imigração, dissensos e adaptações: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná. Artigo apresentado no IV Congresso Internacional de História, 2009.

¹⁵⁴ [...] *dass auf diesem Gebiete europäische Menschen ohne Gefahr für ihre Gesundheit andauernde und schwere körperliche Arbeit verrichten können*. GOSSNER, Walter. Op. cit. p.5.

imigrantes. O autor conta que a área de assentamento, comprada até aquele momento, era de 8.820 alqueires, (21.344 hectares), destes 1/3 (mais de 7.000 ha) de florestas e cerca de 2/3 (14.000 ha) de campo. Neste trecho, Gossner acredita que a região, com a ampla área de campos, pode futuramente ser trabalhada com ajuda de modernas técnicas agrícolas, favorecendo a agricultura na colônia.

Ao detalhar sobre o clima, mais adiante, apresenta como um dos melhores em todo Brasil e, novamente, muito propício para o europeu. Com um verão considerado não muito quente e um inverno parecido com o da antiga pátria, procura, outra vez, legitimar a escolha de Entre Rios para a fixação dos imigrantes. Gossner descreve as condições climáticas positivamente, até no que se refere às geadas.

As geadas ocorrem geralmente em junho, julho e agosto [...] o que impede o cultivo de plantas sensíveis a geadas tropicais, tais como café, banana, mamão, abacate, abacaxi e cana de açúcar. [...] Por outro lado, o clima favorece o cultivo de produtos das zonas temperadas e frias, como: todos os cereais, incluindo milho, arroz, batatas, maçãs, peras, frutas, legumes, uvas, tabaco, lúpulo, linho, cânhamo, etc., e em particular para a pecuária de qualquer tipo (bovinos, suínos, aves, abelhas, bichos da seda, etc.)¹⁵⁵.

Outro fator positivo do clima é que ele não causaria danos aos imigrantes, uma vez que não se trata de um ambiente tão dispar ao da Europa e mesmo as temperaturas mais elevadas não afetam o trabalho no campo¹⁵⁶. Em relação às chuvas, o autor afirma que a ‘colônia Agrária’, como ele se reporta, é a região mais favorecida comparada a outras do Brasil.

A precipitação pluviométrica dos últimos dez anos varia entre 2164 mm e 1286 mm, com média de 1728 mm por ano, o que somada ao trabalho apropriado do solo cria possibilidades de cultivo de variadas culturas. [...] Nos anos 1938-1948 não houve um único mês sem chuva. [...] E não há diferença abrupta entre uma estação chuvosa e seca [...], como no estado de São Paulo, onde, geralmente, apresenta mais de 80% a precipitação anual, nos meses de outubro a março, enquanto os meses de inverno são, muitas vezes, completamente sem chuva lá¹⁵⁷.

155 [...] daraus folgt, dass alle eigentliche tropischen, frostempfindlichen Pflanzen wie Kaffee, Bananen, Mamão, Abacate, Ananas, Zuckerrohr nicht wirtschaftlich angebaut werden können. Dagegen eignet sich das Klima für den Anbau von Produkten der gemässigten und kalten Zonen, wie: alle Getreidearten, einschliesslich Mais, Reis, Kartoffeln, Äpfel, Birnen, Obst, Gemüse, Trauben, Tabak, Hopfen, Flachs, Hanf u.s.w und besonders für Tierwirtschaft aller Art (Rinder, Schweine, Geflügel, Bienen, Seidenraupen, etc.). Ibidem, p. 7.

156 Was den Einfluss der Temperatur auf den Menschen anbelangt, so ist das oben Gesagte zu wiederholen, dass hier der Organismus schwere und andauernde körperliche Arbeit ohne Schaden erträgt. Auch in Generationen werden keine Erscheinungen von Degenerationen zu finden sein, die auf das Klima zurückgeführt werden können. Ibidem.

157 Als vorteilhaft muss man die jahreszeitliche Verteilung der Niederschläge bezeichnen. In den Jahren 1938-1948 war nicht ein einziger Monat ganz ohne Regen. [...] Es ist aber kein ausgesprochener, abrupter Unterschied zwischen einer Regen- und Trockenzeit [...], wie z. B. im Staate São Paulo, wo gewöhnlich mehr als

Ao final deste item, Gossner enfatiza que as condições climáticas das áreas de assentamento podem ser consideradas excelentes¹⁵⁸.

O relatório segue com a apresentação do *Wasserhaushalt* (balanço hídrico). De acordo com o autor, a região conta com inúmeras nascentes e riachos que surgem “ao pé da colina de pequenas planícies muitas vezes um pouco pantanosas, [...] onde existem também muitas cachoeiras, algumas usadas para produzir energia nas hidrelétricas”¹⁵⁹. Gossner confia de que a água disponível nos poços e nos rios será suficiente para as lavouras.

Em relação ao solo, Gossner declara que é, provavelmente, o fator natural mais importante para o crescimento da planta, de modo que é necessário certificar, de forma precisa, as suas propriedades físicas e químicas. “Em geral, o solo é profundo, cor castanha, facilmente de ser trabalhado, solto, uniforme, poroso, permeável, úmido e Limoargiloso, o que aumenta a capacidade de absorver e reter a umidade, resultando, em baixa perda de matéria orgânica”¹⁶⁰. O autor examine em seguida as propriedades químicas do solo, começando pelo Potencial de Hidrogênio (pH):

Os solos são muito ácidos, em média, contém 4,6 de pH. Este conteúdo pode ser suprimido pela adição de calcário ou de cal hidratada. Até que isso seja alcançado, é recomendada a cultura de arroz, pois é a melhor forma de responder relativamente à acidez do solo O conteúdo de azoto, carbono e matéria orgânica pode ser descrita como "médio". De fósforo há uma boa reserva, mas, na maior parte em uma forma insolúvel, em estreita articulação com ferro e alumínio. As substâncias que as plantas precisam para absorver luz, cal, magnésio e fósforo encontram-se em quantidades suficientes. O teor de potássio também é normal¹⁶¹.

80% der Jahresniederschläge auf die Monate Oktober bis März entfallen, während die Wintermonate dort öfters vollkommen regenlos sind. Ibidem.

158 Zusammenfassend können die klimatischen Verhältnisse des Siedlungsgebiete als ausgezeichnet betrachtet werden. Ibidem, p. 8.

159 Aus dem söben über die Niederschläge Gesagter folgt, dass die Wasserverhältnisse ausgezeichnet sein müssen. In der Tat sind sie es. Zahlreichen Quellen und Bäche entstehen im Siedlungsgebiet selbst, nachdem sich das Wasser am Fusse de Hügel in kleinen, öfter etwas sumpfigen Niederungen gesammelt hat. [...] in welchen eine grössere Anzahl Wasserfälle vorhanden sind, die zur Elektrizitätsgewinnung für die Siedlung von entscheidener Bedeutung sein werden (Kraft für die Industrien). Ibidem.

160 Im allgemeinen ist der Boden tiefgründig, kastanienfarbig, leicht zerreibbar, gleichförmig locker und ohne Schollenbildung. Die feinen Wurzeln dring teilweise bis in die tieferen Schichten. Der Boden ist porös, durchlässig und feucht. Die Fähigkeiten, die Feuchtigkeit aufzunehmen und zurückzubehalten ist gross. Was die Struktur der Böden anbelangt, so können sie als Limoargilosas klassiert werden (schlamm und tonhaltig). Die tieferen Lagen (unter 50 cm) enthalten, gemäss vielen in der Gegend schon studierten Bodenprofilen, einen grösseren Anteil von Ton (Lehm) infolge des Prozesses der Einschwemmung (iluviação). Die Fähigkeit, das Wasser zurückzuhalten ist in den unteren Schichte geringer infolge der Verminderung des Gehaltes an organischer Materie. Ibidem, p. 9-10.

161 Als vorteilhaft muss man die jahreszeitliche Verteilung der Niederschläge bezeichnen. In den Jahren 1938-1948 war nicht ein einziger Monat ganz ohne Regen. [...] Es ist aber kein ausgesprochener, abrupter Unterschied zwischen einer Regen- und Trockenzeit [...], wie z. B. im Staate São Paulo, wo gewöhnlich mehr als

Além das condições naturais, apontadas no relatório de Gossner, ele acrescenta que o “material humano” também não poderia ser desconsiderado. Para o autor, a vinda de famílias completas e não de pessoas isoladas contribuiu na colonização, pois se tratava de um grupo de longa tradição de agricultores que já conheciam bem as técnicas e os métodos de cultivo. Adjetivos como “aplicados”, “progressistas”, “trabalhadores”, “sadios¹⁶²” e “resistentes” são atributos dados aos imigrantes durante o relatório¹⁶³.

Analisando todos os aspectos positivos apresentados pelo pesquisador suíço, chega-se a pensar que os campos escolhidos para abrigar os imigrantes saíram melhor que a encomenda. O processo de europeização da paisagem começava a deslanchar.

80% der Jahresniederschläge auf die Monate Oktober bis März entfallen, während die Wintermonate dort öfters vollkommen regenlos sind. Ibidem.

162 Gossner não teria encontrado nenhum doente na enfermaria da colônia e relata que até então, haviam morrido apenas duas crianças e uma das mortes foi provocada por um raio.

163 Ibidem, p. 14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bento Munhoz da Rocha, ex-governador do Paraná, referindo-se à Entre Rios disse certa vez: “A grande importância de Entre Rios está no exemplo e na imitação deste exemplo”. É com base em narrativas assim e na literatura regional consultada sobre a colonização suábica no distrito de Entre Rios, que se observou a produção da imagem de um imigrante laborioso, capaz de tornar um solo ácido em terras ricas, tornando-se um modelo de trabalho.

Pensando no que já foi produzido sobre o processo, conclui-se que existem muitas obras que tratam da imigração dos suábios, todavia, a maioria trata das questões culturais e identitárias, que revela que os descendentes são responsáveis por manter as tradições e o legado suábico. Neste sentido é que procurou-se um novo olhar sobre a colonização, partindo não mais da identidade ou dos discursos homogêneos, mas do trabalho com o solo, o cuidado (ou não) com a preservação do meio ambiente e a relação de trabalho entre os imigrantes.

As reflexões acerca da colonização, trouxeram novas questões que até então haviam sido, de certa forma, ignoradas pelas literaturas tradicionais. Como as muitas crises que existiram durante o processo. Crises financeiras, administrativas e de confiança. Porém, como foi possível constatar, as soluções chegaram de todos os lados. Talvez os recursos próprios fossem sido insuficientes para recuperar a economia e a esperança dos colonizadores.

Em 1999 uma grave crise financeira se abateu sobre a Cooperativa Agrária, causando sérios embates políticos e estruturais dentro da colônia. A Cooperativa encontrava-se em dificuldades e ao invés de assessorar seus cooperados e os auxiliar a pagarem suas dívidas (como havia sido feito por muitas vezes nos anos anteriores), optaram pelo caminho inverso. Tiraram de muitos colaboradores suas terras, a sua única fonte de renda, de modo óbvio, dificultando que estes membros associados conseguissem pagar suas pendências.

Mathias Leh em seus discursos também sempre demonstrava orgulho e satisfação pelo trabalho concretizado, entretanto, uma questão o inquietava. Ele dizia não ter medo algum de enfrentar qualquer problema no que diz respeito à comunidade, como frustrações de safras e outros, mas que tinha muito mais medo do dia em que todos tivessem dinheiro suficiente e não precisassem mais uns dos outros. A colônia prosperou, mas a vida em comunidade não.

Não há aqui a pretensão de interferir no sentido do passado dos suábios, mas elaborar um significado novo que continue dando suporte a permanência de um sentido comum, o do trabalho realizado nessas novas terras, que também chamam de pátria. A memória, muitas

vezes, acaba por oportunizar o prosseguimento do porvir e, é nesse sentido, que procurou-se autores e atores que trabalharam por essa memória, principal alicerce da identidade do grupo.

A elaboração das narrativas de indivíduos que não fizeram parte efetivamente da imigração como Elfes, Gossner e Gappmaier, foram norteadores deste trabalho. Assim como o trabalho de Gora que foi essencial para perceber a diferença entre a teoria e a prática, uma vez que o engenheiro por anos auxiliou o trabalho agrícola na colônia.

63 anos cheios de angústias, incertezas, triunfos, altos e baixos se passaram. Anos que, certamente, ainda renderão outras reflexões, versões e verdades acerca do processo e, como este trabalho, pretenderão desvendar outras informações e que, por sua vez, contribuirão com a historiografia regional.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; PADUA, J. A.; HERCULANO, S. (orgs.) *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ARNOLD, David. *La naturaleza como problema historico*. Mexico: FCE, 2000.
- BENDER, Barbara; WINER, Margot (Ed.) *Contested landscapes. Movement, exile and place*. Oxford: Berg, 2001.
- BERNARDIM, Adriana. *Colônias Suábias em Guarapuava e o efeito discursivo da memória no espaço de imigração: entre a “velha” e a “nova” pátria*. Dissertação (Mestrado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade do Centro Oeste, UNICENTRO. Guarapuava, 2013.
- BLOCH, M. *A terra e seus homens*. Bauru: EDUSC, 2001.
- BRAUDEL, F. *The Meditterrean and the Meditterrean World in the Age of Philip II*. London: Oxford Un. Press, 1972.
- BUELL, L. *Writing for an endangered world: literature, and environment in U.S*. Boston: Harvard University Press, 2002.
- CARSON, R. *Silent spring*. 20.ed. New York: Belknap Press, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Forense Universitária, 1991. Apud KLANOVICZ, Jó. op. cit. p.57.
- CORREA, Dora Shellard. Paisagens em confronto. São Paulo, 2013. (texto inédito).
- COSGROVE, Denis E. *Social formation and symbolic landscape*. With a new introduction. Madison, The University of Wisconsin Press, 1998.
- CRONON, W. *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1983.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, v. 4, n. 8, p. 184-198, 1991.
- ELFES, Albert. *Suábios no Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1971.
- FOSTER, J. B. A ecologia de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRIEDRICH, Marli. *Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária*. Monografia apresentada no curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2005.
- GAPPMAYER, Josef. *A colônia dos Suábios do Danúbio no Paraná – Brasil (1951 – 1986)*. Cooperativa Agrária, 1986.
- GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da UNB, 2005.
- GORA, Anton. *Dos campos nativos ao agronegócio. A contribuição suábia em Guarapuava*

nos relatos de Anton Gora (1951 – 2009), Guarapuava: Unicentro, 2010.

GOSSNER, Walter. Agrária. *Die Siedlung der Donauschwaben in Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná – Bericht über die Ergebnisse de rim Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeführten Untersuchung*. Jundiaí. März, 1952.

HUBBARD, Kristina J. *The Danube Swabians: a post-war extermination*. p.117-120.

KLANOVICZ, J.; MAFRA, A.; FERT NETO, J. Southern Brazilian Indigenous Groups and the forest. *Economika i ekoistoria*. Sarajevo, v4, 2008.

LATOURE, B. *Políticas da natureza*. Bauru, Edusc, 2004.

LEOPOLD, A. *The river of the mother of god and other essays*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991. Edição de Susan Flader e Baird Callicott.

MARTINS, Sebastião Meira. *Pioneiros do vale do Entre Rios (1818 – 1951)*. Guarapuava, 1992.

MARX, L. *The machine in the garden: technology and the pastoral ideal in America*. New York: Oxford University Press, 2000.

MERCHANT, C. *The Columbia guide to American environmental history*. New York: Columbia University Press, 2002.

NORDARI, Eunice S. *A renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC, 1999.

MICHELZ, Johana Elizabeth. *Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985*. Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989.

OOSTHOEK, J. K. *What is environmental history*. Disponível em: http://www.eh-resources.org/environmental_history.html. Acesso em: 1 out. 2010. [2005].

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagens e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SCHNEIDERS, Inácio. Os Suábios do Danúbio. Artigo. Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, s/d.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 44, 2002. p. 425-438.

STEIN, Marcos Nestor. *O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

STEIN, Marcos Nestor. *Imigração, dissensos e adaptações: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná*. Artigo apresentado no IV Congresso Internacional de História, 2009.

STEWART, M. *Environmental history: profile of a developing field*. In: *The history teacher* v.31, n.3, 351-368, may 1998.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

TURNER, F. F. *O oeste americano*. Niterói: Forense Universitária, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na História da literatura. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

WORSTER, D. *Dust bowl: the Southern plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 1979.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 25 de novembro de 2014.

Monique Gärtner

Nome do(a) mestre(a)